



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 8/23

2023/12/16





QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO
DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, no Pavilhão Multiusos de Paredes, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência de JOSÉ ARMANDO COUTINHO BAPTISTA PEREIRA, secretariado por Sara Cecília Pinho Leal e Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, respetivamente primeiro e segundo secretários da Mesa.

Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, verificando-se a ausência da deputada, Ana Raquel Gomes Coelho.

Presenças por substituição ao abrigo do artigo 78º da Lei número 169/99 de 18 de setembro: Carlos Manuel Ferreira da Silva, da bancada do Partido Socialista, substituído por, Daniela Alexandra da Rocha Gaspar; Cristina Maria Valente Monteiro, da bancada do PS, substituída por António do Couto Ferreira; José Miguel Garcez Rocha, da bancada do CDS-PP, substituído por, Nuno Manuel de Sousa Moreira; Cecília Eugénia Oliveira Mendes, da bancada da coligação, “Juntos Por Paredes”, substituída por, Carla Isabel Dias Rodrigues.

Presenças por substituição ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 18º da Lei 169/99 de 18 de setembro: José Carlos Ribeiro Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia de Beire, fez-se representar por, Andreia Marisa Pereira Moreia, Tesoureira da Junta de Freguesia; Antónia Salomé da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa, fez-se representar por, Luís Celso dos Santos Garcia, Vogal da Junta de Freguesia.

Verificada a existência de quórum, pelo presidente da Assembleia foram declarados abertos os trabalhos, sendo quinze horas e cinquenta minutos, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal, para eventual consulta.



Seguidamente foi dada a palavra à Senhora 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal e representante da mesma no ACES - **Agrupamento de Centros de Saúde do Tâmega II - Vale do Sousa Sul**, Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu, para apresentar uma síntese da reunião daquela entidade.

Luísa Tadeu (PS) - Cumprimentou os presentes e disse o seguinte: “Realizou-se no passado dia 14 de dezembro, uma reunião do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II Vale do Sousa Sul com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Análise e discussão dos resultados em novembro com projeção a dezembro de 2023;
- 2- Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

Quanto ao primeiro ponto, com base em estudos projetados em forma de gráficos, concluiu-se que houve ao longo dos últimos anos uma grande evolução na prestação dos cuidados de saúde aos cerca de 175.000 utentes da área abrangida pelo ACES. Foi dito também que há problemas a resolver sobretudo em Galegos, Termas de S. Vicente e Rio de Moinhos, essencialmente devido às baixas médicas dos médicos e neste caso muito particular, às médicas que se encontram com baixa médica por gravidez. Destacou-se o facto de terem sido registados no último ano, uma média de seis consultas e meia por utente (6.5 consultas/utente) que se entendeu como sendo um número muito considerável. Quanto às Juntas Médicas para a Avaliação de Incapacidade (JMAI), constatou-se que há uma espera de apenas 3 a 4 meses, sendo a menor de todo o Território Nacional. Ao longo de 2023 houve 215 reclamações e 87 elogios, sendo de realçar que o tempo médio de resposta a estas reclamações foi de oito dias e meio. Concluiu-se então que o ACES teve excelentes resultados mesmo comparado com as estatísticas a nível nacional. Para 2024 foi efetuada proposta a contratação de um Pneumologista (CDP), um podologista e um médico dentista para o concelho de Paredes para melhorar a prestação de serviços de saúde oral. Esta foi a última reunião do ACES cujo órgão será extinto a 31 de dezembro de 2023 dando lugar à Unidade Local de Saúde (ULS Tâmega e Sousa) que será o próximo órgão de gestão. Consequentemente fica também extinto o Conselho da Comunidade e a nossa tarefa de representante desta A.M. Paredes naquele órgão. Espero que haja sucesso e saúde para todos no próximo ano.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Abertas as inscrições para intervenções neste período, solicitaram o uso da palavra os deputados:



Adão Nogueira, representante do Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira, Nuno Serra, Cátia Silva, Manuel Gomes, Carla Rodrigues, David Ferreira, José Borges, Jorge Coelho e Pedro Sousa.

Adão Nogueira – Representante do Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira (PS) – Saudou os presentes e afirmou: “Senhor Presidente, a nova rede de autocarros que veio servir o município de Paredes e mais 16 integrantes da Área Metropolitana do Porto, com a ambição e o desígnio de transformar positivamente a vida de todos quantos se movem pela Área Metropolitana do Porto (AMP), teve um arranque muito mau. Direi até, um falso arranque, pois no dia útil em que era suposto iniciar-se a circulação dos novos autocarros e dos novos agentes de transportes públicos, tutelados pela AMP, devidamente caracterizados e com a marca UNIR, pura e simplesmente não circularam. Suponho que por motivos de conflito laboral. Acontece que deixaram os utentes ao seu livre-arbítrio, sem um aviso ou mensagem da empresa ou da autoridade competente, para essa ausência. Nos dias que se seguiram, o cenário alterou-se um pouco porque já havia autocarros caracterizados com a marca UNIR a circular, porém, fora de horas e com os motoristas como *baratas tontas*, a identificar trajetos. Quando os interesses dos munícipes e dos fregueses ficam fortemente condicionados, como é o caso, é à freguesia e ao município que os mesmos, com toda a legitimidade, se dirigem para exprimir o seu desagrado e reclamar reparações. Independentemente de quem seja o causador dos prejuízos e das perturbações é atribuição do município e da freguesia a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. Foi nesse exclusivo quadro que apelámos para o município, como interlocutor junto da empresa e da autoridade metropolitana, e que testemunhamos como o executivo, nomeadamente o vereador Dr Paulo Silva, enfrentou uma verdadeira tormenta com inúmeras reclamações que lhe eram presentes. Testemunhamos o trabalho deste vereador e da sua equipa técnica mais diretamente responsável pela coordenação dos transportes, reportando e exigindo soluções junto da empresa e da autoridade metropolitana. O que surpreendeu no escrutínio feito ao absoluto falhanço no arranque do novo serviço de transporte metropolitano, foi o aparente amadorismo e ligeireza nos atos publicamente demonstrados pela empresa. Tendo vencido o concurso público, cabia-lhe agilizar toda a estratégia funcional e organizativa para que o arranque se desse com o mínimo de perturbação. Aqui sejamos claros: imputar ao município e às freguesias as responsabilidades pelo sucedido, não é realista. O município determinou as linhas e as paragens, mais não lhe competia. Em cima do acontecimento, agiu vigorosamente junto da empresa e da autoridade da AMP, no



sentido da reposição da normalidade no funcionamento. Fez o que lhe competia na defesa dos interesses dos munícipes, não lhe pertencendo, como é óbvio, substituir-se nas responsabilidades da empresa. Senhor Presidente, a normalidade do sistema de transporte, nos horários tabelados, tende a ser estabelecida, porém com horários desajustados com a real necessidade dos utentes, especialmente os que se dirigem aos estabelecimentos de ensino e à Estação dos Caminhos de Ferro. Fomos informados por V. Exa. que, ouvidas as populações afetadas, o município de Paredes está a elaborar propostas de alteração nos horários para os tornar compatíveis com as suas reais necessidades, bem como a sinalizar os pontos de embarque/desembarque dos utentes. Esperamos que essa pressão se mantenha a bem da reposição da normalidade no mais curto espaço de tempo e para bem da satisfação dos nossos munícipes. Fica o apelo.”

Nuno Serra – Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo (PSD) – Cumprimentou os presentes e disse o seguinte: “Quanto aos transportes, é importante referir que a ideia é ótima, o projeto é maravilhoso, mas começou tudo numa grande desordem. Estamos em Lordelo com um problema muito grave em que as pessoas enfrentam muitas dificuldades de mobilidade, já as tinham, mas a verdade é que pioraram. Obviamente que sabemos que não era esta a intenção e, portanto, urge resolver quanto antes este problema junto do Conselho Metropolitano e até responsabilizar o Presidente do Conselho Metropolitano e respetivo Conselho de Administração. Na minha intervenção quero denunciar uma situação que se repete e não tem tido resposta adequada do Município. Uma vez por ano a Junta de Freguesia de Lordelo pede o Pavilhão Rota dos Móveis para fazer uma festa de Natal. Mais uma vez este pedido nos foi recusado. Acho ridículo e ainda não percebi porquê. Teremos que fazer a festa de Natal nas instalações da Junta de Freguesia de Lordelo que é um espaço apertado para a dimensão do evento. É muito complicado para a Junta de Freguesia de Lordelo entender e fazer entender aos seus fregueses, que não pode usar o Pavilhão Rota dos Móveis, ao menos uma vez por ano, apesar deste equipamento municipal se encontrar no seu território. Peço que nos seja dada uma explicação e que seja considerada de futuro uma diferente decisão. Ainda outro assunto relativo à freguesia. Há uma rua em Lordelo à qual faltam cerca de 100 m para a sua conclusão. Não é propriamente uma obra estrutural da freguesia, mas tem uma importância acrescida porque poderá solucionar a passagem da rede de água e saneamento em falta naquela zona. Os proprietários demoraram anos a decidir e finalmente conseguimos que concordassem. Agora peço que de uma vez por todas se possa abrir essa rua, a Rua do Giestal. Esta rua tem de ser aberta quanto antes, sob pena dos proprietários



ainda poderem desistir desse acordo. Quero aproveitar para reconhecer e louvar o trabalho dos técnicos da Proteção Civil relativamente às intempéries porque eles têm sido incansáveis. No entanto, é desgastante termos na freguesia 3 ou 4 situações, diagnosticadas há muitos anos e que se tornam num problema sempre que chove muito. Falo de acidentes e carros que avariaram pela acumulação de água e não há meio de se arranjar uma solução. Falo da Rotunda da DIVERCOL, da EN209 e em frente à igreja. Lordelo não é tão longe da sede do concelho e estas situações são conhecidas. Pedimos que as boas decisões do executivo municipal se possam fazer sentir em Lordelo para que esta freguesia também de sinta mais próxima da sede do concelho”.

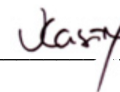
Cátia Silva (PS) – Após cumprimentar os presentes adiantou: “Foi com agrado que vimos realizada no passado dia 11 de dezembro a entrega de mais de 6.000 livros aos alunos do 2º e 3º ciclo e ensino secundário nas escolas públicas do Concelho, medida esta vertida no Manifesto Autárquico apresentado pela Juventude Socialista de Paredes. Esta não foi uma medida de aplicação única sendo que a sua concretização tem vindo a acontecer desde o ano letivo 2021. Esta ação reflete o compromisso do nosso município com a educação e o desenvolvimento intelectual dos nossos jovens. Sabemos que a educação é a base de uma sociedade próspera e investir no acesso a recursos educacionais é investir no futuro da nossa comunidade, Ao entregar estes 6.000 livros proporcionámos a todos os estudantes, ferramentas valiosas para expandir os horizontes, explorar novos conhecimentos e desenvolver habilidades fundamentais. A leitura não enriquece apenas a mente, mas também estimula a criatividade, o pensamento crítico e também contribui para o fortalecimento da literacia e hábitos de leitura dos jovens do nosso concelho. Considerando o carácter obrigatório do estudo dos livros no Plano Nacional de Leitura e atendendo que a sua aquisição representa uma despesa extraordinária para as famílias, é da mais elementar justiça, que o município não permita que nenhuma criança fique inibida de estudar ou conhecer obras de elevada relevância literária e que se constituem elementos essenciais da educação dos alunos. Além disso, não podemos subestimar o impacto financeiro positivo que esta medida tem sobre as famílias dado que a entrega gratuita de livros alivia um fardo económico para muitos lares proporcionando o acesso a recursos educacionais valiosos sem a preocupação dos custos associados. Esta medida não é uma ação isolada e deve ser vista como parte do compromisso contínuo com a educação no nosso município.”

Manuel Gomes (PSD) – Cumprimentou os presentes e referiu: “Hoje trago dois temas ligados ao ambiente. Primeiro, a Unidade de Resíduos de Baltar, conhecida por todos como *fábrica do lixo*, o

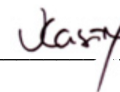


Senhor Presidente em reunião de Câmara de junho disse que ia solicitar um estudo de impacto ambiental para esta Unidade. Neste seguimento, o Senhor disse também que as obras não se iniciariam sem a existência deste estudo, deste modo, decorridos 6 meses, a pergunta que importar fazer é onde está o estudo de impacto ambiental? Temos assistido a algumas movimentações naquela zona do nosso território, pelo que questionamos se as obras já se iniciaram sem o estudo? A este propósito questiono também se o financiamento para a execução da obra está assegurado. Foi uma candidatura ao PO SEUR do PORTUGAL 2020 e a data para a sua conclusão seria 31/12/2023. Ainda no contexto ambiental a questão do Rio Ferreira, a ETAR provisória melhorou alguma coisa, mas como os lordelenses sabem, e o Senhor Presidente também, o atentado ambiental ainda se mantém e o problema ainda é muito grave e está muito longe de ser resolvido. Precisamos de um esclarecimento cabal acerca desta matéria. Como está o processo de ampliação da ETAR de Arreigada? Há obra, não há obra? Será suficiente para resolver o problema? O concurso para a empreitada já foi lançado? Será ao abrigo de algum financiamento? É uma vergonha para o governo de António Costa e para os seus sucessivos ministros do ambiente que o problema ainda persista em 2023. Esta não era uma questão para ser tratada por financiamento comunitário, este é um problema muito sério para os paredenses, em espacial para os lordelenses que devia ter sido resolvido pelo Orçamento do Estado.”

Carla Rodrigues (Juntos Por Paredes) – Saudou os presentes e observou: “Senhor Presidente, infelizmente os problemas dos transportes coletivos da nova concessão levaram ao caos e não foi por falta de avisos da nossa parte. O Grupo Juntos Por Paredes expressa o seu descontentamento em relação ao início da nova concessão de transportes na Área Metropolitana do Porto. Desde o primeiro dia diversos problemas têm prejudicado os cidadãos de Paredes e não só, comprometendo a qualidade e a acessibilidade dos serviços de transporte público. A falta de informação sobre os novos horários e linhas já indiciava problemas, questão que foi abordada unicamente pelo “Juntos Por Paredes” em diversas sessões da Assembleias Municipais, mas sempre desconsiderada pelo Senhor Presidente da Câmara. Uma desconsideração que resultou em situação que infelizmente impediu alunos de frequentar as escolas e os munícipes de irem trabalhar ou até tratar da sua saúde. Entre os principais problemas destacam-se a alteração inadequada de horários, a falta de informação, a utilização da frota antiga e a escassez de motoristas, acarretando problemas de escalonamento. Perante este cenário de caos, propomos uma solução temporária: o retorno aos percursos e linhas antigas adotando uma abordagem



gradual para implementar as alterações necessárias. Sugerimos também a gratuidade do passe no mês de janeiro como forma de compensar as pessoas pelos prejuízos causados nas suas vidas. Em conclusão, criticamos a Câmara Municipal de Paredes por não ter preparado adequadamente as alterações que entraram em vigor, ignorando problemas previsíveis. Exigimos medidas imediatas para corrigir essas questões e garantir um serviço de transporte público eficiente e seguro para a população de Paredes. Ainda no que diz respeito à mobilidade, na Assembleia de fevereiro deste ano, expressei a minha insatisfação com o estado precário das estradas na freguesia de Recarei, uma situação lamentavelmente compartilhada por outras freguesias, no nosso Concelho. Na ocasião, o Senhor Presidente assegurou-me que as estradas intervencionadas estariam completamente pavimentadas e disponíveis até ao final de junho, no entanto, passado o mês de junho, constatamos que as vias ainda enfrentam problemas. Reitero a nossa preocupação e solicito nesta Assembleia esclarecimentos sobre quando o município pretende resolver este grave problema de mobilidade, não apenas na minha freguesia, mas em todo o Concelho de Paredes. A comunidade aguarda informações claras e ação efetiva para solucionar este problema que afeta a qualidade de vida dos nossos munícipes. Contamos com a atenção e comprometimento da administração municipal para garantir melhorias tangíveis e duradoras nas nossas infraestruturas viárias. Senhor Presidente, na minha intervenção em fevereiro, destaquei a necessidade de mais habitação social e habitação a rendas acessíveis no nosso concelho pelo que é com satisfação que verificamos que o município foi sensível à nossa preocupação aumentando o investimento a este nível, passando dos 11 milhões de euros de investimento para um investimento de mais de 50 milhões de euros. Contudo, durante a minha intervenção, propus a criação de um formulário online ou um balcão onde as famílias pudessem submeter diretamente pedidos de apoio habitacional ou candidaturas para funcionamento de obras de requalificação em habitações em condições precárias. Até ao momento, essa iniciativa não foi implementada e gostaria de reiterar este pedido. Sugiro a alocação de uma verba específica na Estratégia Local de Habitação para este propósito permitindo que os munícipes em situação de carência financeira e vivendo em condições precárias, possam candidatar-se a apoio financeiro para melhoria das suas residências. Esta proposta alinha-se com o 1º DIREITO e além disso, o valor disponibilizado pelo PRR, seria concedido integralmente a fundo perdido seguindo práticas já adotadas com sucesso noutros municípios. Agradecemos a atenção a esta proposta que visa garantir que o apoio habitacional é acessível a todos aqueles que dele mais necessitam, ajudando-os a ter uma habitação digna.



Senhor Presidente, nesta temporada natalícia, realçamos a necessidade de impulsionar o comércio local no nosso Concelho. Notámos que os postes de iluminação e atividades se concentram predominantemente em Paredes pelo que propomos que possa estender essas iniciativas às outras cidades do concelho. Sugerimos a iluminação das principais ruas comerciais em parceria com as juntas de freguesia, agradecemos a consideração desta proposta para a criação de um ambiente festivo em todas as cidades.”

David Ferreira (PSD) – Após cumprimentar os presentes disse o seguinte: “Dado que o ponto nº 2, Relatório Intercalar do Auditor Externo é apenas para conhecimento, queria dar nota de alguns pontos que entendemos que devem ser destacados. Começamos pela já tão famosa rubrica dos Ativos Financeiros, para evidenciar que teve uma fantástica execução de Zero por cento. Muito bom. Pela enésima vez fica demonstrado que este é um artifício sem qualquer sentido que apenas ali está para dar cobertura a possíveis gastos. Alertar para o facto da elevada dívida a pagar, está perto da casa dos setenta milhões de euros, facto este que originou uma ultrapassagem ao limite de dívida das operações orçamentais do município em cerca de 4,5 milhões de euros e este é um ponto grave que merece total atenção. Esperamos que o Senhor Presidente no segundo semestre tenha corrigido esta situação para não fecharmos o ano com uma coisa desta gravidade nas contas. Um outro ponto é o mau estado das estradas. O município estará certamente ao corrente, pois como todos os Paredenses nos vêm falar sobre o tema, também o farão ao Município, isto para além de estar à vista de todos. Em algumas, falar sobre mau estado é favor, a situação é mesmo calamitosa, a situação de degradação é de facto muito elevada. O inverno não justifica tudo, pois desde o início do ano que temos alertado para o facto e inclusive solicitando planos de ações. Entretanto passou a primavera, passou o verão e nada se alterou. Questionamos assim se existe algo preparado para pelo menos, e para já minimizar o impacto que isto causa nas populações? Sendo certo que a estrada nacional não é competência do município questionamos que pressão tem sido feita junto das autoridades competentes para revolver a situação?”

José Borges – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PS) – Cumprimentou os presentes e afirmou: “Numa retrospectiva daquilo que foi o ano 2023, de qual é o estado de espírito daqueles que têm por missão, compromisso e o dever de trabalhar no dia adia para proporcionar mais e melhor qualidade de vida aos paredenses, é a hora certa até de nos elogiarmos porque sabemos que não é neste local que vamos ouvir elogios por parte da oposição, pois para esses, nada está bem e tudo deveria ser feito de maneira diferente, apesar de eu ter a certeza de que em



consciência, sabem e reconhecem o valor do nosso trabalho. É de todos conhecida a minha vocação pela luta e defesa das causas sociais, defendo que é preciso coragem, sensibilidade, compromisso e determinação para fazermos o que tem de ser feito para termos um Concelho que é já grande em dimensão e em população, mas que ainda não tinha encontrado ou tinha bloqueado o caminho de acesso aos verdadeiros e imprescindíveis vetores que no presente e no futuro podem garantir e sustentar um crescimento e desenvolvimento apoiado financeiramente pelos meios provenientes do orçamento municipal, Orçamento de Estado e fundos comunitários. Ao longo de muitos anos faltou coragem, determinação e visão estratégica, faltou poder de decisão, mas acima de tudo a preparação para encontrar os caminhos que desde há 6 anos nos têm conduzido a patamares de sucesso que se vem espelhando nos níveis de confiança, na felicidade, realização e qualidade de vida dos paredenses. As crianças e os idosos precisam de quem garanta suporte social para ajudar as famílias a garantir o sustento com o trabalho. O Partido Socialista desde que assumiu a gestão autárquica do nosso Concelho e também as nossas freguesias, vinha já com a lição estudada e o projeto estruturado. Só assim foi possível em tão curto espaço de tempo fazer tudo para podermos hoje garantir aos paredenses que o principal está feito, para que Paredes continue a ser um exemplo nacional no futuro e que os paredenses, a cada dia que passa, continuem a constatar que se caminha para um Concelho mais justo, dinâmico e solidário, que tem como foco, primeiro os que mais precisam, segundo os que mais precisam e terceiro os que mais precisam. Não é descuidado o trabalho de promoção dos vários pelouros com iniciativas constantes e de enorme dimensão, de impacto desportivo, cultural, ambiental, urbanístico, na educação e nas infraestruturas para complementar e acompanhar as questões de fundo da sociedade dos dias de hoje. Investimentos na área social com o apoio da Câmara Municipal, respostas sociais, concretas e objetivas que a curto prazo estão no terreno e ao serviço do bem-estar social dos paredenses que mais precisam. Com o apoio da Câmara Municipal, teremos ao serviço dos paredenses muito em breve e não sendo em Louredo nenhum destes investimentos, é com um olhar de satisfação e de muito orgulho que os enumero, pois sei que pela proximidade irão dar resposta às necessidades da minha freguesia:

- Centro de Apoio, Centro de Dia e Lar de Idosos em Beire;
- Centro de Dia e Apoio ao Domicílio e Lar de Idosos em Bitarães;
- Dois novos lares na Sobreira;
- Centro de Dia e Apoio ao Domicílio em Vilela;





- Aumento da resposta do Centro de Dia e Apoio ao Domicílio em Gandra;
- Um novo Lar em Sobrosa com Casas Colaborativas;
- Centro de Dia e Apoio ao Domicílio em Duas Igrejas;

Em termos de creches, uma importante resposta social com creches em Duas Igrejas, Rebordosa, Paredes e Gandra e estando em preparação duas novas creches, uma em Rebordosa e outra em Paredes. Vamos ter habitações colaborativas em Vandoma, foi apresentada uma candidatura que acreditamos será contemplada para termos duas unidades de cuidados continuados em Sobrosa e em Recarei. Isto é muito trabalho feito de forma descentralizada para que se consiga abranger e dar respostas sociais ao Concelho de Paredes como um todo. Não quero terminar sem focar naquele que para mim foi e vai ser no futuro e para sempre o motor de muitos sucessos e sonhos realizados, de muitas ambições dos paredenses e de quem quer o melhor para Paredes. Falo no Resgate da água e saneamento à BE WATER e da criação dos SMAS de Paredes. Qual seria hoje o nosso PDM cumprindo a Lei, se não existisse o Resgate e a constituição dos SMAS, com o seu novo Orçamento e o Orçamento de compromisso plurianual a longo prazo? Perdíamos índice de construção a níveis alarmantes, zonas industriais e alguns daqueles projetos cairiam com toda a certeza. Lembrar os mais desatentos que o Resgate se tornou num meio de apoio social direto e indireto, pois para além de já ter chegado a água e o saneamento onde era impensável já estarem no terreno e quando antes do Resgate tínhamos de pagar cerca de 1.200 € à BE WATER para fazer as ligações, hoje e graças a nós, essas ligações são gratuitas, a rede de cobertura cresce a passos gigantes. Para quem defende constantes baixas das taxas sociais, melhor que mexer ou reduzir as taxas sociais, na generalidade para dar resposta aos mais carenciados é, na minha opinião, ter a certeza como eu tenho por experiência própria, que um paredense necessitado por estudo social comprovado do agregado familiar, o mesmo ter direito como tem em Paredes à isenção da TRSU, apoio na aquisição de óculos, tratamento dentário gratuito, apoio na compra de medicamentos, apoio na implantação de próteses dentárias, apoio alimentar, em materiais ortopédicos, livros gratuitos, transportes escolares gratuitos, entre muitos outros programas de combate à pobreza. Paredes é um Concelho de boas práticas sociais, amplamente solidário e focado nos mais necessitados.”

Jorge Coelho – Presidente da Junta de Freguesia de Baltar (PS) – Saudou os presentes e disse o seguinte: “Daniel Faria é uma das referências da poesia portuguesa. Foi com muito agrado que no passado dia 2 de novembro vi acontecer o lançamento da primeira pedra para a requalificação da





parte da escola de Baltar e ficará certamente marcado um capítulo significativo na nossa história local. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Baltar, é para mim uma honra enorme representar os baltarenses na celebração deste projeto, a criação da Casa-Museu e Centro para a Literacia e Desenvolvimento Pessoal dedicada ao poeta da nossa terra, Daniel Faria. Quero realçar a importância da requalificação deste edifício histórico de Baltar sendo um ato de preservação arquitetónica aliado ao renascimento do local que tantas memórias traz aos habitantes da nossa Vila. Este Centro vai permitir que as futuras gerações possam apreciar e usufruir da herança que lhes foi legada e por outro lado, com este Centro de Promoção da Literacia, estaremos a contribuir para a inclusão social, educação e formação, proporcionando a todos os utilizadores deste espaço, a oportunidade de se desenvolverem intelectualmente e emocionalmente. Por último e não menos importante, este projeto é uma forma de prestarmos homenagem a uma das figuras mais ilustres de Baltar, o poeta Daniel Faria cujo nome já ultrapassou fronteiras, tornando-se uma referência no mundo cultural. Expresso a minha sincera gratidão ao Presidente da Câmara Municipal de Paredes e respetiva equipa de vereação pela visão, empenho e dedicação a este projeto, bem como por demonstrarem uma vez mais, o seu apoio e apreço à Vila de Baltar.”

Jorge Ribeiro da Silva (CDS-PP) – Cumprimentou os presentes e sublinhou: “Antes de mais quero pedir desculpa pelo meu atraso no começo dos trabalhos o que me causou um desconforto inicial. Apenas ganhei algum conforto por ter sido suplantado pelo senhor Presidente da Câmara que chegou depois de mim. Numa nota introdutória, gostaria de assinalar o aniversário do U.S.C. Paredes que recentemente comemorou 99 anos, fazendo votos que o ano do centenário seja coroado de êxitos e continuem na senda do sucesso. Sucesso tanto na modalidade com escalões tendencialmente profissionais, mas sobretudo para que continuem a ser um ponto de encontro para que centenas de jovens nas mais variadas modalidades procurem a prática do desporto em lugar de condutas desviantes. Sublinho o facto de pela primeira vez e em simultâneo, dois escalões de formação do hóquei em patins, sub-15 e sub-17, tenham alcançado a fase final do campeonato distrital. Por outro lado, não posso deixar também de lamentar que o executivo municipal tenha feito *orelhas moucas* a uma deliberação aprovada por maioria nesta Assembleia. O executivo municipal não deu cumprimento a uma deliberação desta Assembleia que aprovou por maioria que fosse prestada homenagem ao dia “25 de novembro de 1975” e que fosse reconhecido o papel fundamental na consolidação da democracia e na proteção dos direitos dos cidadãos.

É frequente ouvirmos dizer expressões como, *longe da vista, longe do coração* ou *quem não é visto não*

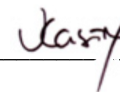


é lembrado, mas há algo que é visto e pensado todos os dias por centenas de pessoas que se servem da E.N.15 e falo da antiga Escola Secundária EB 2/3 de Baltar. Aqui estou solidário com o Presidente da Junta de Baltar neste meu regozijo de, enquanto baltarense e paredense, não posso deixar de saudar que em dezembro de 2023 o Senhor Presidente tenha anunciado a conclusão da requalificação daquele equipamento e que tenha sido lançada a primeira pedra no passado mês de novembro. Em boa verdade, mais vale lançar a primeira pedra do que ver um edifício com aquela história cair pedra sobre pedra. E sim, homenagear o baltarense Daniel Faria é homenagear um dos escritores portugueses mais traduzidos em todo o mundo nos dias que correm. O CDS, como é do conhecimento de todos, incluindo o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente das Junta de Baltar, também teve o seu contributo e também tem a sua assinatura a traço grosso para a conclusão deste processo e não vai desistir até tudo ficar concluído. Durante os últimos (quase) 7 anos, o CDS denunciou às autoridades judiciais, para investigação criminal, a alteração unilateral da cedência daquele equipamento (antiga Escola Secundária de Baltar), e terrenos adjacentes, ou parte destes, pela C.M. de Paredes, na altura sob a presidência do PSD, quando já tinham sido anteriormente cedidos à SC da Misericórdia de Paredes e sem a consulta desta. O CDS propôs nesta casa a criação de uma Comissão de Inquérito para averiguação daquilo que se passou. Essa proposta foi “chumbada” pelo PS e pela CDU. Foi também através da opinião pública, junto com os cidadãos de Baltar que a nossa voz se fez ouvir. Valeu a pena e continuará a valer a pena lutar por causas. Quando tudo estiver concluído virá o sentimento do dever cumprido e estou certo de que este sentimento será transversal a qualquer cor partidária. Na nossa memória estão outras questões que ainda hoje parecem esquecidas, mas que o CDS faz questão de lembrar e falo do tão anunciado apoio aos jovens na criação de pequenas e médias empresas com 600.000 €/ano. Senhor Presidente, pergunto eu, quantas pequenas ou médias empresas foram criadas com este apoio do município? Qual o montante que foi investido? Já agora, tendo V^a Ex^a apadrinhado e bem a renovação da Associação das Empresas de Paredes, que avaliação faz da atividade desta entidade? Por falar em associações, também pergunto qual é a relação da Associação Paredes Pela Inclusão Social com o andebol, designadamente com o Handball Cup? Sobre o Resgate da Concessão à Veólia (agora “Be Water”), o senhor Presidente separou as águas como Moisés. Separou o sul do concelho do resto. Agora temos um concelho com SMAS e um concelho sem SMAS ou melhor dizendo temos um SMAS a tempo parcial. Agora que os SMAS, ainda que só em metade do concelho, viram a luz do dia e já estão em plena



laboração, devemos falar novamente na Tarifa Social da Água. Agora sim, não pode haver desculpas para que esta medida verdadeiramente estruturante apresentada em 2019, por proposta do CDS, também nesta casa votada favoravelmente, não veja a luz do dia. Em Paredes, a sua aplicação fará toda a diferença para cerca de 500 famílias que já estão sinalizadas como “em situação de carência económica”. A sua aplicação constituirá um importante instrumento no combate à pobreza que deve unir todos. Nestes quase 5 anos, sei que a resposta será zero. Mas mesmo assim vou perguntar. Qual é o objetivo para o próximo ano em termos de adesão a esta medida? - Finalmente a última questão. No passado dia 6 de abril de 2023, foi anunciada a praia fluvial de Lordelo até ao final deste ano (2023). Um ano depois, confesso que não o vi a si ou ao seu executivo, neste frio mês de dezembro, a irem a banhos naquelas águas serenas, mas acastanhadas do Rio Ferreira, cujo problema está longe de ser concluído. Portanto, pergunto se a inauguração da praia será este mês ou estará a aguardar a inauguração do terminal de cruzeiros de Aguiar de Sousa? Foram 1.300 milhões de euros previstos para aquele investimento.”

Pedro Sousa (PS) – Saudou os presentes após o que adiantou: “É com muito agrado que percebemos que a aposta na educação neste município continua a ser séria, intensa e oportuna. Não vou repetir as palavras da deputada Cátia Silva sobre a oferta dos livros obrigatórios do Plano Nacional de Educação, medida que aproveito para saudar efusivamente, até por ter partido de uma proposta da Juventude Socialista. Todavia, queria falar-vos de algo ainda mais estrutural. Os mais atentos terão tido conhecimento da visita da ainda Ministra da Coesão Territorial, Dr^a Ana Abrunhosa, ao nosso município e particularmente à freguesia da Sobreira. A presença da Ministra deveu-se, sobretudo, ao avultado investimento que o nosso município se prepara para fazer em obras de requalificação em 4 escolas. São elas, a Escola Secundária da Sobreira, a Escola Secundária Daniel Faria em Baltar, a Escola Secundária de Vilela e a Escola Secundária de Paredes. Tenha-se em atenção que as obras em causa não serão meras requalificações cosméticas. São efetivamente investimentos de elevada dimensão que têm como objetivo a transformação destes espaços, tornando-os ainda mais confortáveis e adequados à frequência dos alunos, professores e funcionários. As obras em causa incidirão sobretudo na melhoria das condições térmicas, na criação de novas salas de aula, a construção de coberturas nas ligações entre os pavilhões e na instalação de novas redes de água, comunicações e eletricidade. Falamos de um investimento na ordem dos 4 milhões de euros por cada escola, ou seja, está em causa um investimento global de dezasseis milhões de euros. Senhor Presidente, lembramo-nos bem que



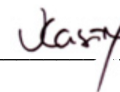
quando confrontados com problemas estruturais e inadmissíveis nas escolas de Lordelo e de Rebordosa, o seu executivo tomou a iniciativa. Numa fase muito prematura do seu primeiro mandato, ousou substituir o Poder Central e operou a requalificação necessária e urgente nesses espaços. Posteriormente, durante a pandemia, foi o próprio município que garantiu que nenhum aluno paredense ficasse sem acesso aos conteúdos das aulas online tendo para o efeito investido cerca de 366.000 € em computadores, tablets, ligações à internet com banda larga. Todos estes equipamentos foram distribuídos pelas famílias mais carenciadas do concelho. Nesta nova fase da nossa vida coletiva de descentralização e transferência de competências para as câmaras municipais, em que estas ficaram com a competência da gestão e requalificação dos equipamentos educativos, julgo que estamos a dar os primeiros passos na direção certa.

Quanto à última revisão do **Plano Diretor Municipal** (PDM), aprovada na última reunião do executivo camarário, tendo em conta que esta alteração não é totalmente conhecida por parte do público, quais são as grandes mais-valias e as grandes oportunidades que esta alteração do PDM reveste para o nosso município?"

Presidente da Câmara (Dr. Alexandre Almeida) – Cumprimentou os presentes e informou: “O Senhor **Nogueira** falou da empresa “UNIR”, uma rede nova de transportes que opera no nosso concelho mas que não está sob a nossa responsabilidade. Nós acompanhámos esta empresa desde o primeiro momento em que foi apresentada na Área Metropolitana do Porto, entidade responsável pela sua contratação. Ficou acordado que a “UNIR” iria assegurar todas as linhas que já existiam no concelho de Paredes e que para além disso, ainda acrescentaria algumas outras linhas e extensões. Como pode ser atestado por toda a gente, eu nunca criei muitas expectativas em relação ao início da rede UNIR. Eu sabia, como qualquer Presidente de Câmara consciente, que no início do seu funcionamento iria haver transtornos. Agora, nunca imaginei que os transtornos fossem aqueles que foram. Tanto eu como o vereador da mobilidade, Dr. Paulo Silva, fizemos exatamente aquilo que podíamos e o que nos competia fazer logo que nos apercebemos que as coisas iam ser pior do que aquilo que prevíamos. Para terem uma ideia, logo no primeiro dia, quando as redes deveriam estar a funcionar em pleno e com normalidade, estavam a maior parte dos motoristas reunidos na empresa, ainda a discutir questões salariais em vez de estarem ao serviço, ou seja, havia tudo para correr mal. A maior parte dos funcionários que transitaram das operadoras concessionadas até ao dia 30 de novembro, estavam impedidos de falar com a



nova empresa UNIR até ao dia 1 de dezembro. Nesse mesmo dia tivemos oportunidade de reunir com a empresa e com a Área Metropolitana do Porto. Da parte da tarde já houve mais linhas a funcionar. Progressivamente foram aumentando o número de linhas. Estamos convictos que tudo estará normalizado no regresso às aulas, depois do interregno de Natal no dia 18 de dezembro. Às questões colocadas pelo deputado **Nuno Serra**, que também manifestou a sua preocupação com a UNIR, dizer que esta será uma das cidades onde nós vamos ter prolongamento de linhas. Mas eu estava mais preocupado com a efetivação das linhas já existentes. Logo que estas linhas estejam em funcionamento, os prolongamentos também irão ser uma realidade. Lordelo será uma das freguesias que vai sentir uma melhoria nos transportes. Quanto aos transtornos causados pelo mau tempo, a vereadora Eng^a Tânia tem uma lista com as prioridades a resolver. Estamos a resolvê-las gradualmente e não tenho quaisquer dúvidas que até ao próximo ano estarão todas resolvidas. Quando ouvimos falar de alterações climáticas ficamos preocupados. Sabemos que a quantidade de chuva que cai num dia ou em algumas horas é incomparável com aquilo que chovia há uns anos. Por muito boa rede de águas pluviais que nós tenhamos, ficamos sempre aquém de resolver em definitivo algumas das situações. Efetivamente há uma rua que nós precisamos de terminar como lembrou. O tempo também não tem ajudado. Peço à vereadora Tânia que dê prioridade a essa rua para que possa ser concluída o mais rapidamente possível. Quanto à forma brilhante como a deputada **Cátia Silva** abordou a questão dos livros escolares, dizer que estive, juntamente com o senhor vereador do Pelouro da Educação, numa entrega simbólica de livros escolares na EBS de Paredes. Só aí deu para verificar a dinâmica que nós queremos incutir. Dar um livro não é por si só garantia de que vamos ter uma classe escolar a ler mais, mas esse é um sinal que nós queremos transmitir. Foi interessantíssimo ver que em contexto escolar um livro é muito mais do que um livro. Há toda uma interação que pode ser feita através da internet, há jogos que já estão associados aos livros e foi muito interessante ver a dinâmica que foi criada naquela aula entre os alunos que já tinham lido o livro ou partes dele. O importante é que possamos pôr os nossos jovens a ler mais do que aquilo que nós lemos no passado, porque a qualidade do nosso vocabulário advém da quantidade de livros que lemos. Não tenho dúvidas nenhuma de que os nossos alunos, no futuro, estarão muito mais bem preparados do que nós. Em relação às questões colocadas pelo deputado **Manuel Gomes**, dizer que alguns daqueles que possam ter atrasos, não daqueles que falou o senhor deputado do CDS, mas outros atrasos, poderão continuar ainda a referir-se à Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos como



“fábrica do lixo”. Aqueles que não têm atrasos, falam daquela unidade industrial como Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos que é o que aquilo é, portanto, eu não sei se você tem atrasos ou não. Se entender que aquilo é uma Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos, entendo que não tem atrasos, se continuar a dizer que aquilo é uma fábrica de lixo, então é porque tem alguns daqueles atrasos que não aquele que tivemos aqui. Enquanto continuar a achar que aquilo é uma fábrica do lixo, eu tenho todo o direito de achar que você tem um atraso e depois entenda que esse atraso é o atraso que tiver. Depois usou aqui uma palavra que resume tudo aquilo que aqui disse, que foi “vergonha” e em relação à ETAR de Arreigada é isso que se passa. A vergonha foi nós termos tido um partido como o PSD, 24 anos à frente da Câmara Municipal de Paredes e à frente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e não ter resolvido o problema. Querem que nós resolvamos em meia dúzia de anos aquilo que vocês nunca resolveram em todos os anos que cá estiveram. Isso é que é vergonha e deve assumi-lo. Em relação à intervenção da deputada **Carla Rodrigues**, que também se referiu à UNIR, dizer que tem toda a razão. Não funcionou, mas vai funcionar. Quanto à iluminação de Natal, há uma cidade sede do concelho como em todos os concelhos. Eu estive em Águeda a ver as decorações de Natal. Há lá um pai natal com mais de 20 metros que não está em todas as freguesias. No nosso concelho, além de termos 4 cidades, temos as outras freguesias. Na sede do concelho tem de haver uma aposta mais forte como qualquer concelho faz. Nas outras freguesias é óbvio que a aposta será menor como acontece em todo o lado, não se pense que isso é exclusivo de Paredes. Quantos às questões que referiu o deputado **David Ferreira** relativamente às estradas, dizer que a estrada que talvez esteja mais danificada no concelho é uma estrada que não é da nossa responsabilidade, é a E.N.15. Essa estrada ainda não sofreu obras apesar de já termos feito pedidos para podermos intervir. Uma vez que resgatámos a concessão com as Águas de Paredes passamos a ter de instalar o saneamento básico. Uma das obras de saneamento que nós queremos fazer no próximo ano é justamente aquela que vai passar na E.N.15 que vai desde Vandoma até Gandra. Essa é uma das razões pela qual aquela estrada ainda não foi intervencionada. Será, quando nos for autorizado pela IP e quando tivermos condições para efetuar a instalação do saneamento naquela via. Às referências feitas pelo deputado **José Borges**, dizer que são uma realidade. Nós dissemos que neste mandato ia haver uma aposta forte na Ação Social e assim tem sido, temos neste momento vários equipamentos em execução, não só para a terceira idade como também e sobretudo ao nível das creches. Essa aposta será para continuar aproveitando todos os fundos do PRR que consigamos



obter. Referindo-me à questão do Resgate *versus* PDM, dizer que não foi por acaso. Tínhamos mesmo de fazer o Resgate porque existiam grandes riscos com o desenvolvimento futuro do concelho de Paredes ao nível da revisão do PDM. Perante a CCDRN assumimos o compromisso de efetuar essa distribuição de água e saneamento nessas zonas que pretendíamos integrar no PDM como zonas industriais e de habitação. Foi também por isso que optámos pelo Resgate para o podermos fazer em causa própria. Com esta ação poderemos realizar cerca de 5 milhões de euros em investimentos em várias dessas áreas como fizemos em Recarei e na Sobreira. Em relação à intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Baltar, senhor **Jorge Coelho**, é verdade que na Escola Daniel Faria realizamos dois em um. Requalificamos um edifício emblemático de Baltar, talvez até um dos mais bonitos edifícios de arquitetura típica dos brasileiros de torna viagem do concelho, e criamos um Polo Cultural, um museu dedicado a Daniel Faria, um dos melhores escritores e poetas contemporâneos, natural daquela freguesia. A obra está adjudicada, está em curso. Não tenho dúvidas que vai nascer ali talvez um dos equipamentos mais interessantes do concelho de Paredes. Em relação às questões colocadas pelo deputado **Jorge Ribeiro da Silva**, falou no 25 de novembro, da minha parte ninguém passou do 24 para o 26, é verdade que não festejámos o 25 de novembro, mas devo dizer-lhe que festejei o 27 de novembro. Relativamente à ASEP, estamos muito satisfeitos com a colaboração que temos tido. Ainda agora tivemos uma candidatura conjunta aprovada intitulada *Bairros Digitais* e que teve no concelho de Paredes o Senhor Secretário de Estado do Comércio. Vai permitir criar aquilo que é designado por *Bairro Digital* no centro de Paredes, em toda a área da Avenida da República e áreas adjacentes, isto é, uma espécie de centro comercial ao ar livre. Vai-nos permitir aplicar ferramentas digitais neste espaço como só estamos habituados a ver nalguns centros comerciais. Por exemplo, daqui a algum tempo, quando essa candidatura estiver em execução, ao entrar naquela área poderemos ter a informação de quantos lugares de estacionamento estão disponíveis e onde, como se estivéssemos num parque de estacionamento. Vai haver acesso a conteúdos digitais sobre as várias lojas existentes neste centro uma vez que essas lojas vão poder participar numa grande plataforma de comércio online gratuita, disponibilizada pela Câmara Municipal. Vai permitir fazer com que o comércio tradicional esteja na primeira linha da reciclagem de materiais. Vamos ter equipamentos para reciclagem que proporcionarão incentivos. Por exemplo, alguém que tenha adquirido um par de sapatos numa loja deste espaço, pode introduzir a caixa desse equipamento de reciclagem e receber um incentivo para voltar a comprar algo mais no



comércio tradicional. Não podia estar mais satisfeito com a parceria que temos tido com a ASEP. É o nosso parceiro privilegiado nesta candidatura que em breve estará no terreno. Falou num terminal de cruzeiros de Aguiar de Sousa, se isso não fosse ridículo até era engraçado, mas o que eu lhe posso prometer para Aguiar de Sousa e que vai ver em prática nos próximos anos, é um Parque de Campismo que estamos a projetar e que vai ser um polo de atração para Aguiar de Sousa e para o sul do concelho. Nós precisamos primeiro de um grande investimento que faça com que as pessoas entendam o potencial turístico daquela zona do sul do concelho que é das zonas mais bonitas do concelho de Paredes e do norte do País. É uma zona que está a 15/20 minutos do centro do Porto. Não tenho dúvidas de que quando tivermos a nova ponte de Alvre, o Parque de Campismo, a requalificação do Rio Sousa, como estamos a fazer em Lordelo, teremos os polos dinamizadores daquela parte do sul. Outros operadores surgirão para dinamizar aquela zona. O deputado **Pedro Sousa** tocou numa questão que nos vai ocupar muito nos próximos 2 anos e que é a requalificação das outras EBS que foram delegadas por competência à Câmara Municipal de Paredes. Já tínhamos feito obras nas EBS de Lordelo e de Rebordosa que eram as que mais necessitavam em termos estruturais. Durante anos houve uma verba que estava disponível na Área Metropolitana do Porto, mas não se sabe muito bem porquê, nunca o anterior executivo a usou para fazer obras nessas duas escolas. Quando chegámos ao executivo, uma das primeiras coisas que fizemos foi operacionalizar essas verbas para fazer obras e agora, quando surgiu a oportunidade do PRR financiar EBS's que tinham dificuldades estruturais para resolver, nós lançámos mãos à obra. Neste momento temos os projetos de execução prontos e as candidaturas submetidas para obras no valor total de cerca de 16 milhões de euros nas EBS da Sobreira, de Vilela, de Paredes e de Baltar.

Defesa da honra do deputado Jorge Ribeiro da Silva (CDS): “Senhor Presidente, estamos na Assembleia Municipal e apenas lhe digo que nunca faltei ao respeito a nenhum membro do executivo, nunca faltei ao respeito ao Senhor Presidente da Câmara, nunca faltei ao respeito a nenhum membro da Mesa e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal seja de que forma for, a nenhum deputado independentemente da cor partidária, a nenhum Presidente de Junta. Em 7 anos não houve um único caso de falta de respeito seja por quem for e, portanto, aquilo que eu exijo ao Senhor Presidente da Câmara, porque eu fui eleito tal como o Senhor foi embora para funções diferentes, é igual respeito. Que fique registada essa falta de respeito que teve para



comigo, para com a minha bancada e pelos nossos eleitores. Creio que não será muito difícil perceber o porquê deste pedido de defesa da honra. Apenas creio que como atenuante do senhor Presidente da Câmara esteja o facto de estar hoje ligeiramente agitado pelo atraso em chegar à assembleia e por estar a decorrer a eleição do candidato à liderança do seu partido. “

Defesa da honra do deputado Manuel Gomes (PSD): “Dizer que a minha honra está assegurada pela forma como eu me dirijo a esta Assembleia e pelo respeito que tenho por toda a gente que aqui está dentro. Respeito o meu partido e os partidos das outras pessoas e queria solicitar que as palavras que me dirigiu o Senhor Presidente da Câmara constassem da ata para eu considerar uma eventual ação judicial. Dizer ao Senhor Presidente que vai certamente ficar na história do nosso concelho por muitas coisas boas que fez por este Concelho, mas poderia ficar muito mais na memória das pessoas se tivesse alguma consideração pelos demais.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia o relatório de atividades municipais e situação financeira do município.

2 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PAREDES, 1º SEMESTRE 2023 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à Assembleia o relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do município de Paredes, 1º semestre 2023.

3 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 2023/09/29 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 44 membros presentes, a “ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2023/09/29, com 41 votos a favor das bancadas do PS, PSD,



CDS-PP, da coligação “Juntos Por Paredes” e do Movimento Independente, SSMI e 3 abstenções dos deputados, Inácio José Pereira Abreu da Costa, da bancada do PSD e dos deputados, Luís Celso dos Santos Garcia e António Adão Barbosa Nogueira, representantes dos presidentes das juntas de freguesia de Rebordosa e da Sobreira, respetivamente, da bancada do PS.

4 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Carla Rodrigues (Juntos Por Paredes) - Afirmou o seguinte: “Começo por mostrar o nosso Manifesto Eleitoral, um documento com 34 páginas que foi divulgado no início da campanha eleitoral, sendo o único programa completo apresentado por um partido nas últimas eleições. Nele estão as nossas principais ambições para o futuro do concelho de Paredes e é com satisfação que reconhecemos que algumas das nossas propostas estão a ser implementadas pelo atual executivo municipal. Ao analisar este Orçamento, expressamos a nossa satisfação pelo cumprimento de algumas das nossas propostas, destacamos a isenção do IMT para os jovens que procuram adquirir habitação no nosso concelho, a implementação automática da Tarifa Social de Água e Saneamento e instámos a devolução retroativa do valor pago da tarifa social no ano 2022. No âmbito da habitação social e do arrendamento acessível, o executivo acompanhou as nossas preocupações do ano anterior aumentando significativamente o investimento para mais de 40 milhões de euros, acompanhou e bem a nossa preocupação pois voltamos a reafirmar que o concelho de Paredes não pode perder esta oportunidade. Reconhecemos também os esforços no investimento em creches e lares no concelho de Paredes, estes são dados positivos que realçam a importância de uma oposição construtiva no contexto governativo do concelho de Paredes, fortalecendo assim o nosso sistema democrático. No entanto, este Orçamento apresenta novamente receitas ilusórias na rubrica ativos financeiros no valor de 11 milhões de euros, pois analisando a prestação de contas dos últimos anos, a autarquia não teve estas receitas nem as terá nos próximos anos. Comprova-se, assim, a continuação do empolamento no lado das receitas do Orçamento. Exigimos transparência e legalidade, o fim dos orçamentos fictícios, além disso expressamos preocupação em relação ao passivo municipal, destacando uma contingência na ordem dos 91 milhões de euros e um passivo total na ordem dos 200 milhões de euros, o dobro do criticado no passado. Infelizmente esta é a verdade que se verifica por estes documentos.



Notámos também que o município está próximo do limite de endividamento, menos de 1 milhão de euros, suscitando-nos preocupação especialmente considerando os desafios existentes em áreas críticas como saneamento e mobilidade. Questionamos o senhor Presidente sobre esta situação. Questionamos também sobre quais as razões de não ter aceite a nossa proposta de redução da taxa de participação no IRS para 3%, observamos que o executivo continua a falhar na implementação de políticas eficazes de apoio às empresas competitivas e emprego refletindo a ausência de um plano estratégico para o desenvolvimento do concelho de Paredes. Este é um ponto de preocupação e infelizmente persiste e termino conforme comecei, o Juntos Por Paredes tem um conjunto de medidas que são sem dúvida importantes para o futuro do nosso concelho. Eu e os meus colegas estamos aqui para as defender procurando que o atual executivo nos oiça para que juntos consigamos melhorar ainda mais a vida dos munícipes.”

David Ferreira (PSD) – Adiantou o seguinte: “Começamos todos a ter noção que em 2024 teremos uma aterragem forçada da economia que infelizmente se traduzirá em desemprego, ao contrário de 2023, apesar do grave problema que a inflação e a subida das taxas de juro veio trazer às famílias e empresas neste ano. Infelizmente, sabemos também que o número de pessoas em situação de pobreza tem aumentado continuamente nos últimos anos. Paredes não é exceção. Na análise ao orçamento de 2023, começamos a nossa intervenção pela questão social, pelo que entendemos fazer agora o mesmo. Começámos por saudar o município por aproveitar os fundos comunitários para a construção de creches escolares, lares de idosos e outras valências desafiando as IPSS para o efeito e suportando a parte dos custos não financiada. Conforme vimos alertando desde que este dinheiro ficou disponível, grátis ou quase grátis, seria um grande revés para o Município caso não fosse feito esse aproveitamento, estando o município dotado de todas as condições para o fazer. No entanto, os apoios sociais não se resumem a investimento. Alertamos no ano anterior, em que pelo menos existiam duas linhas inscritas no orçamento sobre este tema, mas faltava é importante o apoio social direto. Agora nem isso. A forma como este apoio é atribuído não é ágil. É moroso e acima de tudo não responde às reais necessidades da população. A estas pessoas devem ser dadas respostas concretas para que possam aguentar aquele mês mais difícil em que solicitam ajuda. Pedimos que fossem criadas medidas concretas, estruturadas e pensadas caso a caso para que em caso de necessidade a resposta pudesse ser imediata. Não estamos a pedir nada de extraordinário. Medidas como estas estão implementadas noutros municípios. Infelizmente nesta descrição estão já incluídas muitas pessoas que o senhor



Presidente considera ricas nomeadamente as que ganham mais de 1.000€. Passo a citar, “*peçoas que têm rendimentos acima da média*”. Sim, foi esta a expressão que o senhor Presidente decidiu usar para justificar a não redução da taxa de participação do município em IRS que tem como limite 5%. Para além de não abdicar deste teto máximo, temos ainda um acréscimo de 400.000 euros que tem origem nos aumentos salariais superiores a 5%. Esses aumentos, na maioria dos casos, não são suficientes para compensar o que se perde com a inflação. É difícil aceitar esta justificação. Qual a utilidade desta verba para o município? Para fazer caridade com o dinheiro dos outros? Para poder continuar a suportar gastos supérfluos ou não necessários? Passaremos a demonstrar a seguir que o município poderia perfeitamente não retirar este valor aos paredenses. Como informação adicional relembro que somos já dos poucos municípios que não reduziu ou eliminou a participação no IRS dos munícipes. Foram também tomadas duas medidas no sentido certo, embora já solicitadas por quase todas as bancadas há bastante tempo, a tarifa social da água e a isenção de IMT jovem. Esperemos que ambas possam definitivamente arrancar no início de 2024. Fomos lendo, talvez em forma de chamariz, que o município iria reduzir os impostos, mas a redução de impostos não passa de mais um brutal aumento de impostos, desta vez de cerca de 1 milhão e 500 mil euros. Relembro que no ano anterior o aumento de impostos foi nesta ordem de grandeza, ainda assim um pouco inferior, ou seja, diz-se uma coisa e faz-se exatamente o oposto. Não deixa de ser curioso que o imposto que desta vez mais aumenta é a Derrama. Acho que não vale a pena voltar a referir o estado expectável da economia para o próximo ano, mas talvez lembrar que as indústrias mais rapidamente afetadas e com mais violência são as de bens não essenciais como é o caso da nossa indústria da madeira. Portanto, questionamos assim como é que definiu este aumento? Terá sido apenas para compensar despesa? Continuando com a despesa, temos vindo a alertar para o aumento completamente descontrolado na rubrica da “despesa corrente”. Ainda assim, ficamos naturalmente satisfeitos por finalmente este executivo nos ter começado a ouvir sobre o descontrolo da despesa. Este ano só aumentou 3 milhões de euros e ainda preveem reduzir a aquisição de bens e serviços. Infelizmente as outras despesas correntes mantêm-se inalteradas em cerca de meio milhão de euros. Entendem porque é que é necessário manter a participação do IRS no máximo? É que transferindo o Município o Investimento do Orçamento Municipal para os fundos comunitários, e bem, há que aproveitar todas as outras receitas. Deveria então sobrar muito dinheiro para apoiar os paredenses, mas em vez disso, resolve aumentar a despesa. Mais uma vez as despesas com o pessoal aumentam de



forma dramática. Sim, sabemos que estão incluídas as delegações de competências e os aumentos salariais, mas não justifica o aumento de 2 milhões e 500 mil euros de um ano para o outro, até porque algumas delas já estavam incluídas no orçamento de 2023. Esta rubrica reveste-se de particular importância. No atual contexto em que o Orçamento é empolado, fruto dos investimentos realizados ao abrigo dos fundos comunitários, aparenta haver uma redução percentual relativa da despesa. Mas representa já 25% do total do Orçamento, ou seja, mais 3,2% do que no ano anterior. Assim, fica demonstrado que esta rubrica cresce consecutivamente, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Expurgando do Orçamento apresentado o valor da aquisição de bens de capital que é quase na sua totalidade compensada no lado das Receitas por fundos comunitários, muito deles financiados a 100%, tendo esses fundos um fim expectável (PRR 2026, P2030 em 2030), a rubrica de gastos com pessoal passaria dos atuais 25% para perto do 40%. Imaginem como se conseguirá gerir qualquer entidade se tiver que alocar 40% do total dos rendimentos apenas a despesas com o pessoal. Não esquecer que o P2030 será o último quadro de apoio a que Portugal tem direito e depois não haverá mais fundos europeus nestas condições. Senhor Presidente, tal como diz que vai reduzir os custos com a aquisição de bens e serviços, pedimos que começasse a ter mais atenção a esta rubrica da despesa pois não pode continuar a crescer como os senhores a têm feito crescer. Suportando tudo o que temos dito, de forma factual, temos que as despesas de capital são este ano de apenas 38%, em 2023 eram de 42% e as despesas correntes de 62%, em 2023 eram de 58%. Fazendo uma análise comparativa com o ano anterior, que já não era fantástico, as despesas de capital reduzem quase 5 milhões de euros enquanto as despesas correntes aumentam 3 milhões. Concluindo, temos um município que tem à disposição verbas históricas para efetuar investimento, apesar disso propõe reduzir o investimento ao mesmo tempo que aumenta a despesa. Temos aqui um grave problema a resolver. Em relação ao investimento, é dito por várias vezes, que existe uma continuidade na aposta do investimento. De fato tem existido obra, mas pedia-lhe que fizesse o seguinte raciocínio: Qual é a percentagem do valor do investimento próprio sobre o total do orçamento nos últimos anos? Decerto aqui vão ter enormes surpresas, mesmo tendo em conta que querendo investir é só pedir para assinar o cheque. Fomos ainda surpreendidos na última Assembleia Municipal quando o senhor Presidente referiu que dos investimentos ao abrigo do PRR, o que estaria feito estava e não iam avançar para mais nada. Ora, desde o início deste processo que apelamos à ambição do município neste domínio por ser uma oportunidade única e irrepetível. Consideramos que apesar



de haver obra, é um facto, poderíamos e deveríamos ter ido muito mais longe. Nunca houve uma estratégia clara neste sentido, os anúncios sempre se confundiram com a oportunidade que aparecia no dia. Relembrar que existem freguesias com enormes carências que ficaram fora dos investimentos. Outras que supostamente não necessitariam deste investimento foram contempladas. Também na habitação a custos controlados, com um modelo de financiamento diferente e mais complicado de gerir para o município, tivemos e temos uma linha errática sobre como, quando e onde efetuar o investimento. Esperamos senhor Presidente que pelo menos consiga concluir com sucesso o que está em curso, embora ficando muito aquém do expectável é melhor do que nada. Não podia terminar sem referir a já tão famosa rubrica dos “*ativos financeiros*”, aquela que o senhor Presidente usa como um ato de gestão. Senhor Presidente, conforme já tivemos oportunidade de referir, querendo, pode acabar com esta rubrica. A execução orçamental do município tem sido fraca, na casa dos 60%. Ao contrário do que vem dizendo, a redução apresentada nesta rubrica entre 2023 e 2024 é quase nula. Apenas se mantém para, querendo, poder acomodar custos, mas como dissemos, querendo pode terminar com isto assim que quiser, mas parece que não quer. Foram incluídos nas contas de 2023 sete novos passivos contingentes, ou seja, apenas de relato. Dos que se encontravam valorizados e excluindo a Be Water, temos cerca de 2 milhões e 700 mil euros inscritos. Assim, questionamos se algum destes foi já incluído neste orçamento? Se não, pode-nos garantir ou dar uma expectativa razoável que nenhum destes venha a tornar-se um custo para o município?”

Rui Silva (PS) – Saudou os presentes e afirmou o seguinte: “O Orçamento para o próximo ano de 2024 terá o valor global de 91 milhões de euros, com cerca de 28 milhões de euros de valor de investimento destinados a algumas obras já em curso e que continuam em 2024 e também para aquelas que verão a luz do dia só no próximo ano. Pode ser caracterizado como rigoroso, cuidado e responsável, em que o gasto de cada euro foi planeado e direcionado para atender e mitigar as necessidades da população, visando o seu desenvolvimento sustentável. Isto é que é o essencial de uma governação camarária. Este valor será maior, com toda a certeza, pois o montante para a realização de várias obras já candidatas ao abrigo do Portugal 2030, ainda não se encontram inscritas neste Orçamento, porque a receita ainda não está prevista o que obrigará depois a uma ou mais alterações orçamentais para inscrever as receitas do financiamento do fundo comunitário e o valor das obras. Um Orçamento com estas características, apesar de ser um Orçamento com muito valor de obras, continua a ter despesas com os compromissos ao abrigo da delegação de



competências assumidos com o poder central, mantém as preocupações com as freguesias assentes nos compromissos assumidos com os paredenses, sem perder o contexto económico previsto para o próximo ano, com contenção e prudência na projeção da receita e assertividade no cálculo das despesas. Sendo as pessoas a nossa principal preocupação, temos de continuar com o máximo de apoio possível às famílias e às empresas, proporcionando dessa forma condições para a criação de riqueza e desenvolvimento. Vai ser mantido o IMI na taxa mais baixa de sempre, 0,3%, com desconto para as famílias com 2, 3 ou mais filhos, que passou de 50 € para 70 € no primeiro caso e para 140 € no segundo caso. Isenção de IMT na compra de habitação própria e permanente para jovens até aos 35 anos e até ao valor máximo de 200.000 €. No caso da construção de habitação própria beneficiará de isenção ou devolução das taxas devidas pela licença de construção. Quanto ao IRS, mantém-se a participação nos 5%. Quem recebe o salário mínimo ou um pouco acima já não paga nada. A diminuição do IRS só iria beneficiar quem tivesse rendimentos acima da média e assim beneficiar quem mais tem. Aqui tenta-se não tirar aos que menos têm, tirar aos que mais têm para poder ajudar aqueles que menos têm, isto é o socialismo. Para as empresas será mantida a isenção do pagamento de *Derrama* para as micro e pequenas empresas com volume de faturação até 150.000 €. Também aqui não se aumentou o imposto da *Derrama*. Com toda a justiça as empresas de Paredes que estão a faturar mais, a ter mais lucros, pagarão mais *Derrama* e contribuirão para o bem comum da sociedade. Isto também é socialismo. Com essas verbas a saúde, a habitação, a educação e cultura, são ações prioritárias para uma melhor condição de vida para todos os paredenses. Uma dessas prioridades será o investimento em várias freguesias do concelho de Paredes, para a expansão da rede de água e saneamento básico agora a ser realizada pelos SMAS. São investimentos na ordem dos 5 milhões de euros. Podemos agora implementar a Tarifa Social da Água que só será possível após a sua remunicipalização. Este esforço já foi iniciado em 2023. Estamos a reduzir o atraso de décadas a que chegamos em consequência da inércia de quem nós sabemos e daqueles que apoiaram esta política. Também em 2024 vai ser possível visualizar a credibilidade e a capacidade que este executivo tem junto das IPSS, quando lançou o desafio de as mesmas se candidatarem à construção de vários equipamentos, 4 creches, novas ERPI's, novos lares de idosos, centros de dia e apoio ao domicílio, todos estarão em construção com o apoio indispensável da autarquia. A autarquia assumiu junto das respetivas direções, o pagamento da parte não financiada por fundos comunitários, nunca se viu no Concelho algo parecido e com esta grandiosidade e volume. Vai ter



continuidade a aposta nas obras por administração direta e para isso também é necessário pagar aos trabalhadores que as fazem, sempre com a preocupação da redução de custos e do tempo na execução das mesmas, permitindo um ganho significativo a estes níveis. Vão continuar os investimentos já em curso, como o **Centro de Valorização Integrada de Mobiliário e Artes da Madeira de Paredes**, o **Centro Promocional da Literacia e Desenvolvimento Pessoal Poeta Daniel Faria**, a construção do empreendimento para o **realojamento da Comunidade Cigana**, o arranjo urbanístico da **Praça Central de Lordelo**, o arranjo urbanístico da **Praça Quinhentista de Sobrosa**, a recuperação de **habitação social de Cristelo e de Paredes**, a aquisição de **nova habitação social**, a conclusão do **Auditório e Centro de Congressos de Paredes**, o arranjo urbanístico e acessibilidades na via pública da **Praça Divino Espírito Santo** e área envolvente em Duas Igrejas, a construção da **Capela Mortuária** e ampliação do cemitério de Rebordosa, entre outros investimentos, na sua maioria com apoios comunitários. A par de tudo isto, encontram-se previstos investimentos para a **reabilitação das escolas básicas e secundárias de Vilela, Sobreira, Baltar e Paredes**, tudo isto totalizando o valor de cerca de 16 milhões de euros, que são prioritários no processo de reorganização da rede escolar e no aumento da eficiência da administração educativa e das instituições escolares. Mas ainda não ficamos por aqui, continuarão a ser realizados todos os investimentos que foram contemplados com fundos comunitários, tanto ao nível do 1º DIREITO que é um programa de apoio de acesso à habitação, bem como os previstos no PRR. O Município continua a manter-se atento às novas oportunidades de apoio comunitário previstas no PRR e no Quadro Comunitário 2030. Assim, este é um Orçamento que vai fomentar ainda mais a transformação do Concelho com a continuidade nos grandes investimentos e alguns deles entrarão já ao serviço dos paredenses em 2024 aumentando a oferta e a possibilidade de acederem a equipamentos há muito desejados. Assistiremos ao mesmo tempo ao lançamento de outros que colmatarão faltas ainda existentes, mas mantendo sempre uma forte preocupação social, com a carga fiscal no mínimo e com a meta final de manter sempre as contas certas que permitam ir de encontro ao interesse comum e do desenvolvimento sustentável do Concelho. A bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente a aprovação deste Orçamento, esperando que o mesmo mereça o voto favorável dos outros membros desta Assembleia que, provavelmente, se também tivessem lido o nosso programa eleitoral para este mandato, também teriam votado no Partido Socialista.”



Presidente da Assembleia (José Baptista Pereira) “Com certeza que não se esgotou completamente a análise deste documento extenso, de qualquer forma, vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar explicações a algumas questões que foram colocadas.”

Presidente da Câmara (Alexandre Almeida) --- que disse o seguinte: “Já estou habituado por parte do PSD que quando nós vimos discutir o Orçamento Municipal, eles querem falar de contas e depois, daqui a alguns meses, quando trouxermos as Contas do Município vão falar do Orçamento Municipal. No Orçamento não vem nada de “passivos contingentes”. Há de dizer-me em que sítio é que isso está para eu aprender alguma coisa. Eu devo ter um atraso qualquer para não descortinar isso lá no Orçamento, mas há de dizer-me onde é que tem esse avanço. Você não tem um atraso, tem um avanço. Há de dizer-me onde é que quer isso vem no Orçamento. Fui eu que fiz o Orçamento, não vi lá isso em lado nenhum, mas há de me dizer porque está muito à frente. No Orçamento não vêm passivos, isso vem nas contas. De qualquer forma, há algumas questões que concordo com o deputado David Ferreira e com a deputada Carla Rodrigues, efetivamente vamos instituir uma isenção de IMT para os jovens até aos 30 anos que adquiram uma habitação até 200.000 € e também aqueles que vão construir a primeira habitação terão isenção na construção. Mas essa é uma decisão nossa. Será bom que não venham reivindicar esta ideia no futuro como é vosso costume para todas as boas decisões que tomamos. Mas esta é mais uma prova de que, uma vez mais, delineamos um Orçamento com preocupações sociais e uma preocupação em reduzir os impostos dos paredenses, ao contrário daquilo que aqui foi dito. Só paga “Derrama” quem tem lucros. O Senhor deputado está preocupado com as empresas que dão lucros? Devia estar preocupado com aquelas empresas que não conseguem dar lucros. Depois a questão dos 5% do IRS. Batem sempre na mesma tecla que devíamos reduzir os 5% do IRS. Uma vez mais, só paga IRS quem tem rendimentos acima da média. Aquelas pessoas que mais necessitam não pagam IRS. Não conseguimos compreender essa proposta. Volta a falar na habitação social e na habitação a rendas acessíveis. Tenha calma que nós vamos lá chegar. As candidaturas para habitação a rendas acessíveis terminam a 31 de dezembro deste ano e para as habitações sociais terminam a 31 de março de 2024. Logo que esses dois passos estejam concretizados, nós daremos conta de quantos projetos fizemos, de quantas candidaturas aprovamos, quantas estão em curso, quais aquelas que vão entrar em construção e aquilo que vamos construir. Mau era se não reconhecessem que nós temos aproveitado tudo aquilo que é PRR para avançar ao nível da ação social e das creches. Em resumo, este Orçamento não é muito



diferente daquele que apresentamos no ano passado. Um Orçamento com um valor de investimento bastante grande, como não podia deixar de ser, até porque temos várias obras que são deste ano e vão continuar a decorrer em 2024. Só não é um Orçamento maior, porque nós não podemos colocar neste Orçamento obras ao abrigo do Portugal 2030, que ainda não tenham sido aprovadas se as candidaturas ainda não abrirem. Agora, o que posso dizer é que este Orçamento vai aumentar bastante no próximo ano. É expectável que o Portugal 2030 esteja operacionalizado no 1º semestre de 2024. Logo que abram as candidaturas, nós iremos apresentar esses projetos porque os temos já prontos para ser candidatáveis e aí temos de corrigir o lado da receita para poder fazer a despesa. Apesar de ser um Orçamento com muita obra é um Orçamento com muita preocupação social. Daremos continuidade às obras que estão em curso e outras virão a seguir. Na área social mantemos uma vez mais o IMI no mínimo. Parece que agora até é banal ter o IMI no mínimo, mas é bom lembrar que nos 24 anos de poder do PSD só no último ano (ano de eleições) mexeram “ligeiramente” no IMI. Tiveram-no sempre no máximo, apesar da insistência do PS (na oposição) para o baixarem. É um Orçamento em que, como nós já dissemos, a Tarifa Social vai para o terreno pela 1ª vez. E não é porque a oposição o pediu ou insistiu, mas porque o próximo ano é o 1º ano completo em que nós temos os SMAS. Só agora podemos pôr em prática o que inscrevemos nos nossos programas eleitorais desde o primeiro dia. É um Orçamento em que mantemos a taxa no mínimo mesmo noutras áreas de impostos. Portanto quem não olhar para este Orçamento como um Orçamento de continuidade de investimento e de aposta forte na ação social, não viu o Orçamento ou então está a olhar para as Contas quando deveria estar a olhar para o Orçamento.”

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 43 membros presentes, os *“Documentos Previsionais para o ano de 2024 com todas as propostas nele incluídas”*, com 33 votos a favor das bancadas do PS, do Movimento Independente, SSMI e do deputado Luís Filipe Coelho Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, da bancada do PSD, 8 votos contra das bancadas do PSD, CDS-PP e da coligação “Juntos Por Paredes” e 2 abstenções dos deputados, Fernando Nuno Leal Lamas Serra e Mariana Fernanda Machado da Silva, presidentes das juntas de freguesia de Lordelo e de Vilela, respetivamente, da bancada do PSD.

5 - ENVIO DE DELIBERAÇÃO DO SMAS PAREDES - ORÇAMENTO E OPÇÕES DO



PLANO PARA 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

David Ferreira (PSD) - “Este é de facto o primeiro Orçamento completo do SMAS de Paredes e compreendemos a falta de comparabilidade com o antecedente histórico. No entanto, não será necessário comparar com o histórico para sabermos que o princípio que deve nortear o Município nesta matéria é a necessidade de investimento no SMAS. Nisto estamos todos de acordo. Divergimos apenas no método. Temos vindo a defender todo e qualquer corte de gorduras do Orçamento Municipal, crítica fizemos no ponto anterior. Temos agora à disposição uma ferramenta poderosa, o PRR 2030 que provavelmente será o último quadro de apoio, mas também o maior de sempre. O ano 20230 parece longínquo, mas fica já ao virar da esquina. É crucial que o Município disponha de um plano agressivo para a implementação da água e saneamento em todo o concelho de Paredes. Como é evidente, a realização deste investimento até que esteja concluído não se coaduna com a realização de despesas não necessárias até que esteja totalmente realizado. Esperamos também que no início de 2024, a Tarifa Social possa finalmente entrar em vigor. Já questionámos no passado, embora sem resposta, pelo que voltamos a questionar. Senhor Presidente, temos como certo que o Município tem ao seu dispor um plano de execução de toda a rede de água e saneamento em todo o concelho de Paredes? O que solicitamos é que nos possa informar e posteriormente disponibilizar os planos de execução que o Município tem definidas para a rede de água e saneamento para cada ano até estar concluída a 100%. Falamos de execução física e financeira.”

Armando Leal (PS) - Cumprimentou os presentes e afirmou: “Votamos hoje o primeiro Orçamento dos SMAS Paredes para um ano económico completo. Um Orçamento de 11 milhões de euros do qual se prevê um resultado líquido de 1,8 milhões de euros. Temos 5 milhões de euros para investimentos, sendo 1,5 milhões de euros provenientes dos resultados previstos e 3,5 milhões de euros provenientes de fundos comunitários. Este é um investimento superior ao que foi feito pelo concessionário privado nos últimos 10 anos. Importa realçar que este não se apresenta só como um investimento significativo para suprir carências básicas e primárias do concelho, mas também para garantir o seu desenvolvimento, face às novas regras do PDM. Será implantada a Tarifa Social e deve também ser destacada a redução da tarifa da água para as IPSS. Recordo que foi a Juventude Socialista de Paredes quem apresentou esta proposta. Tornar-se-á uma



realidade em 2024, permitindo a estas coletividades uma redução da sua despesa fixa e terem mais recursos à sua disposição para prosseguirem com os seus fins. Todas estas virtudes só são possíveis graças à coragem e às prioridades ideológicas e programáticas do Partido Socialista que prioriza o interesse coletivo em detrimento do interesse de mercado. Senhor Presidente, no próximo ano perspectiva-se que este lucro seja convertido em investimento e que tenhamos no concelho de Paredes mais 5 milhões de euros em rede de água e saneamento. Como já realcei, este esforço só é possível graças à gestão socialista no município, porque com a gestão do PSD, diga-se, não só este lucro *iria pelo cano abaixo* e seria a única coisa a correr nos canos, assim como os esgotos continuariam a ir para a berma da estrada.”

Presidente da Câmara (Alexandre Almeida) – Esclareceu: “Este é talvez o ponto mais importante que trazemos à Assembleia Municipal ou aquele ponto que mais me orgulha de trazer à Assembleia Municipal por vários motivos. Desde logo é muito interessante que senhor David Ferreira neste ponto não falou nas contas porque nós ainda não apresentamos contas dos SMAS. Só as vamos apresentar daqui a uns meses. Para o ano, quando estivermos a apresentar o Orçamento dos SMAS para 2025, ele vai falar nas contas de 2024. Agora cingiu-se ao Orçamento. Este Orçamento é muito simples de analisar. É uma empresa que vai faturar 8 milhões 258 mil euros em 2024. Vai ter 6 milhões 381.990 euros de custos. Logo, vai libertar cerca de 1 milhão e 800 mil euros. Este é o valor da faturação de água e saneamento que nós estimamos que fique no município de Paredes. Vamos deixar 300.000 € na empresa e vamos fazer investimentos com 1,5 milhões de euros aos quais vamos juntar fundos comunitários. Tivemos a possibilidade de negociar junto da Área Metropolitana do Porto a candidatura a estes Fundos Comunitários por termos feito o Resgate e sermos os detentores dos SMAS. Teremos a possibilidade de investir qualquer coisa como 6 milhões, 886 mil e 769 euros, em água e saneamento no âmbito do Portugal 2030. Esperamos ter mais valores no futuro através do Fundo Ambiental, mas para já e ao nível do Portugal 2030, esperamos ter estes 6 milhões 886 mil 769 euros. Deste valor queremos utilizar já no próximo ano, 3 milhões, 509 mil e 026 euros, o que significa que, juntando este aos cerca de 1,5 milhões de euros, teremos cerca de 5 milhões de euros de investimento a fazer no próximo ano. Em termos de mais



serviço aos paredenses isto traduz-se em cerca de mais 10,4 km de rede de água e mais cerca de 14 km de rede de saneamento. Serão cerca de mais cerca de 350 fogos servidos por água e cerca de mais 890 casas servidas por saneamento, mantendo naturalmente as preocupações com a Tarifa Social que é um compromisso nosso que será implementada a partir do próximo ano. Tal como já acontece com a TRSU, terão acesso a este desconto no serviço de distribuição de água e recolha de saneamento, quem tiver menos rendimentos. Senhor Presidente da Assembleia, ainda bem que no passado se fez este Resgate porque é uma empresa que está agora a acrescentar valor ao município e que está a servir os interesses dos paredenses.”

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 43 membros presentes, o *“Orçamento e Opções do Plano para 2024 dos SMAS Paredes”*, com 33 votos a favor das bancadas do PS, do Movimento Independente, SSMI e dos deputados, Luís Filipe Coelho Barbosa e Fernando Nuno Leal Lamas Serra, presidentes das juntas de freguesia de Duas Igrejas e de Lordelo, respetivamente, da bancada do PSD e 10 abstenções das bancadas do PSD, CDS-PP e da coligação “Juntos Por Paredes”.

6 - ENVIO DE DELIBERAÇÃO SMAS PAREDES - MAPA DE PESSOAL PARA 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

David Ferreira (PSD) – Disse o seguinte: “Da análise ao número de novos postos de trabalho a criar no mapa de pessoal temos 13 colaboradores. Entendemos claramente a explicação para a contratação de assistentes operacionais, pois como foi dito se a ideia é aumentar ramais é evidente que serão necessários mais operacionais. O que não entendemos é que para a criação de 6 lugares de assistentes operacionais temos a criação de um lugar de direção, 5 técnicos superiores e um assistente técnico. Isto não é proporcional nem faz qualquer sentido. Disse o Senhor Presidente numa Assembleia anterior quando questionado sobre o tema da necessidade de contratação para estas funções, disse que podia haver a necessidade de ajustar uma ou outra posição. Não considerando o assistente técnico que até faz sentido, temos 6 quadros superiores e 6 assistentes. Analisando visualmente o quadro que nos apresentaram, vem imediatamente à memória aqueles memes que circulam nas redes sociais em que vemos uma pessoa a trabalhar e 6 a olhar.”



Rui Silva (PS) – Referiu o seguinte: “Relativamente a este assunto, nós ainda não temos ninguém, vai ser lançado o concurso para entrarem 4 assistentes operacionais para fazer os ramais, o resto, a seu tempo se há de ver. O futuro prepara-se não se adivinha porque o tempo de o PSD adivinhar era com o anterior membro do PSD a quem chamavam professor Zandinga porque se propunha adivinhar o que ia acontecer. A realidade é que são 4 operacionais que vão entrar e é com estes que pretendemos levar a cabo a execução do Orçamento que foi aqui aprovado anteriormente. Depois, caso haja necessidade cá estaremos para analisar o que se vai passar.”

O **Presidente da Câmara** interveio e esclareceu: “Quando foi criado o Quadro de Pessoal foi criado o Mapa com base no pessoal que as Águas de Paredes tinham. Acontece que nem todos os funcionários das Águas de Paredes transitaram para os SMAS porque alguns ficaram na empresa, nomeadamente a trabalhar nas Águas de Valongo. Uma coisa é o Mapa, outra coisa são os concursos que nós vamos lançar. Neste momento, o concurso que vai estar aberto é para 4 assistentes operacionais. No futuro, tendo em conta a evolução da empresa, poderá haver necessidade de outros quadros e poderá até haver necessidade de mais assistentes operacionais uma vez que estamos a fazer muitos trabalhos por administração direta.”

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 42 membros presentes, o “*Mapa de Pessoal para 2024 dos SMAS Paredes*”, com 32 votos a favor das bancadas do PS, do Movimento Independente, SSMI, e do deputado, Fernando Nuno Leal Lamas Serra, Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, da bancada do PSD, 7 votos contra da bancada do PSD e 3 abstenções das bancadas do CDS-PP e da coligação “Juntos Por Paredes”.

Presidente da Assembleia – Propôs que os pontos 7, 8 e 9 fossem discutidos e votados em conjunto, não se tendo verificado **quaisquer objeções** ao proposto.

7 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº131/2023) – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

8 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO



DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº175/2021, Nº220/2022 E Nº106/2023) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

9 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE CETE (Nº223/2022) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

David Ferreira (PSD) - Afirmou o seguinte: “Sugerimos que sempre que hajam retificações se coloque o objeto, o motivo dessa retificação, de forma mais clara para ser mais fácil de interpretar. Sugerimos também que sempre que existirem retificações, seja anexado o contrato original para se perceber qual é a retificação.”

Presidente da Câmara: “A alteração é clara e o anterior contrato já veio à Assembleia Municipal é só uma questão de ir aos seus arquivos e ver o contrato anterior, mas podemos fazer esse trabalho pelo Senhor deputado.”

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 41 membros presentes, *“a minuta da 1ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Cete (Nº 131/2023), a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Cete (Nº175/2021, Nº220/2022 e Nº106/2023) e a minuta de retificação ao Contrato de Cooperação com a Freguesia de Cete Nº 223/2022”*, as quais foram previamente remetidas a todos os membros da Assembleia Municipal.

10 - PROPOSTA DE SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - AUTORIDADE DE TRANSPORTES, ENTRE A AMP E O MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Manuel Gomes (PSD) - “Registrar que nesta manhã decorreu uma manifestação contra a UNIR em Vila Nova de Gaia. Os problemas desta rede são de facto reconhecidos por todos, inclusivamente pelo executivo municipal. Esta matéria foi mal gerida pela Área Metropolitana do



Porto. Dizer que as coisas foram tratadas em cima do joelho e com muita leviandade à mistura, mas desde já importa pensar na resolução do problema. A este propósito, os horários do lote que abarca o município de Paredes está a ser alterado. Questionamos o senhor Presidente se os interesses dos paredenses estão a ser defendidos nesta alteração? Questiono também se o senhor Presidente pode garantir que no início de 2024 estes problemas estarão todos resolvidos e os paredenses não voltarão a ficar em terra?”

Rui Silva (PS) – Prescindiu.

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e informou: “O Senhor deputado veio aqui trazer uma novidade em relação àquilo que o vereador do PSD disse na reunião da Câmara Municipal, que só havia problemas em Paredes e em mais lado nenhum. O Senhor deputado veio dizer que há problemas também em Vila Nova de Gaia e noutros concelhos. O que eu lhe posso dizer é que o que estávamos a falar não era da alteração de horários, estávamos a falar de realinhamento de horários, aquilo que foi a concurso foi o que foi a concurso. Agora, o que está previsto é poder fazer-se ajustes porque nós lidamos com realidades com que não lidávamos há algum tempo atrás, por exemplo, a Câmara Municipal do Porto não permite a entrada de todos os autocarros como anteriormente. Há um limite à entrada de autocarros no Porto. Fizeram um novo terminal perto do estádio do dragão, com limite de acesso, o que obriga a transbordos nas carreiras que não podem entrar no Porto. As pessoas de Aguiar de Sousa tem sido uma preocupação muito grande para nós. Apesar de se servirem do mesmo autocarro, quando chegam a Gondomar as pessoas têm de esperar cerca de 40 minutos para apanharem outro autocarro para o Porto. Isso era inadmissível, uma coisa era esperar 5/10 minutos o que acontece quando as pessoas chegam ao Porto e têm de apanhar o Metro ou os STCP. Não podem é estar à espera 40 minutos. São estes reajustamentos de horários que vão ser feitos. Não é uma mudança de horários porque as linhas estão definidas. Há uma margem para aumentarmos em determinados locais e é isso que está a ser feito. Nós estamos a acompanhar de perto e esperamos que no início do ano não aconteça aquilo que aconteceu no dia 4 de dezembro que não pode voltar a acontecer.”

A Assembleia **deliberou por maioria** dos 41 membros presentes, *“autorizar a celebração da proposta de segundo aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município, nos termos da alínea k) do nº 1 do art.º*



25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”, com 29 votos a favor das bancadas do PS e do Movimento Independente, SSMI e 12 abstenções das bancadas do PSD, do CDS-PP e da coligação, “Juntos Por Paredes”.

11 - CONCESSÃO DE ACORDO PRÉVIO À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, PREVISTAS NOS DIPLOMAS SETORIAIS NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes, a “*Concessão de acordo prévio à transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, previstas nos diplomas setoriais nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores*”.

12 - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE COBRANÇA DAS TARIFAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes, a proposta de “*Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Cobrança das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos*”.

13 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO, PROCESSO Nº 11/21PER - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

A Assembleia **aprovou por maioria** dos 40 membros presentes, o “*Procedimento Especial de Regularização (PER) - Processo Nº 115/21PER*”, com 33 votos a favor das bancadas do PS, do Movimento Independente, SSMI, do deputado António do Couto Ferreira, e dos presidentes de Junta de Freguesia de Duas Igrejas e de Lordelo, Luís Filipe Coelho Barbosa e Fernando Nuno Leal Lamas Serra, respetivamente, da bancada do PSD, 2 votos contra da bancada do CDS-PP e 5 abstenções das bancadas do PSD e da coligação “Juntos Por Paredes”.




Declaração de voto do deputado Jorge Ribeiro da Silva (CDS-PP) - “O CDS vota contra como tem vindo a fazer desde 2017 uma vez que estes procedimentos são algo duvidosos porque fazem com que se exima o beneficiário dos custos inerentes à regularização pela via legal pelas situações desta natureza e à morosidade, como escrituras, registos, participações às finanças. Tal como aconteceu com o executivo anterior, passados 6 anos continuamos com o mesmo, portanto, a pergunta que fica é quando é que estes PER’s se extinguem? Por isso votámos contra.”


14 - VERSÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE PAREDES E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Sara Castro (PS) – Saudou os presentes e referiu o seguinte: “Gostaria de saudar o compromisso que este executivo camarário tem vindo a assumir na temática da proteção ambiental e no combate às alterações climáticas sendo o Plano Municipal de Ação Climática do Município de Paredes uma das medidas neste âmbito. Este Plano enquadra-se como um Plano objetivo, ambicioso e baseado em estudos científicos e académicos. De facto, era necessário perceber quais os reais impactos das alterações climáticas no nosso município. É exatamente isso que este estudo nos traz. Dizem os especialistas que esses impactos são enormes, aliás, já os sentimos quando presenciamos e vivenciamos fenómenos climáticos extremos. A intensidade e a gravidade de tais fenómenos têm vindo sucessivamente a aumentar afetando não só a geração atual, mas também as gerações vindouras. Para mitigar o combate de tais consequências às alterações climáticas é necessário fazer uso da velha máxima e que o executivo municipal fez, *pensar global, agir local*. Neste âmbito, os municípios são quem melhor está preparado para atuar com medidas concretas e objetivas junto da população. O ambiente e a sua preservação são direitos com consagração constitucional e com este executivo vemos tais direitos plenamente assegurados.”

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes, a *“Versão Final do Plano Municipal de Ação Climática do Município de Paredes”*.

Presidente da Assembleia – Sugeriu que os pontos 15, 16, 17 e 18 fossem discutidos e votados em





conjunto, sugestão que obteve o **consentimento unânime** do Plenário.

15 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE PROIBIÇÃO DE TRÂNSITO A VEÍCULOS DE ALTURA SUPERIOR A 3,80M, EM PARTE DA RUA DE S. JOSÉ, NA FREGUESIA DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

16 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO PROIBIDO A AUTOMÓVEIS PESADOS, NA RUA DA BELEZA, NA FREGUESIA DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

17 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE CURVA PERIGOSA, NA RUA DO PAVILHÃO, NA FREGUESIA DE GANDRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

18 - IMPLANTAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO NA RUA DA LUZ, NA FREGUESIA DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes, as propostas de *“Sinalização vertical de proibição de trânsito a veículos de altura superior a 3,80m, em parte da Rua de S. José, na Freguesia de Lordelo, Sinalização vertical de trânsito proibido a automóveis pesados, na Rua da Beleza, na Freguesia de Lordelo, Sinalização vertical de curva perigosa na Rua do Pavilhão, na Freguesia de Gandra e Implantação de sentido único na Rua da Luz, na Freguesia de Lordelo”*.


Presidente da Assembleia – Propôs à assembleia a aprovação em minuta da ATA desta reunião para aplicação imediata.

A Assembleia **aprovou por unanimidade** dos 42 membros presentes a aplicação da ATA desta reunião em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitaram o uso da palavra os Senhores, Jerónimo Lopes e Manuel Pinho.





Solicitaram o uso da palavra os Senhores, Jerónimo Lopes e Manuel Pinho.

Jerónimo Lopes – Cumprimentou os presentes e disse o seguinte: “Vai ser construída uma ETAR e eu pergunto ao senhor Presidente, em que freguesia? Recarei ou Aguiar de Sousa? Acerca de uns contentores que estão num terreno junto à saída da A41 com a EN319-2, pergunto se isso está autorizado? Já coloquei a questão à Junta de Freguesia, eu gosto de ver aqueles placards com coisas bonitas do nosso concelho e reparo que aquilo não está bem, de manhã já lá existe roupa ao sol e não me admira nada que um dia estejam à porta da Câmara a pedir uma casa, o ambiente não é bom. Vai ser construída a ponte sobre o Rio Sousa no lugar de Alvre neste mandato? Se calhar é mais fácil fazer muros nos campos dos lavradores, mas isso é um assunto que diz respeito à fiscalização. Relativamente às placas de informação na freguesia de Aguiar de Sousa, mais propriamente na Sr^a do Salto, existe uma placa que diz *Parque das Serras do Porto*, o vandalismo está a passar pelo Salto, andam a pintar, a fazer grafitis com letras que me incomodam a mim e a quem visita. Não temos polícia e não temos fiscalização, eu já chamei a GNR às duas e meia da manhã para ir ao local onde estava muita gente e eu vi que não os identificaram. Estiveram lá 5/10 minutos, foram-se embora e deixaram-nos lá ficar, saíram por volta das três e meia da manhã em grupo e andavam a pintar. Temos placas de história sobre o lugar do Salto. Eles colocam autocolantes. É um vandalismo total, até a Sr^a do Salto não escapou. Senhor Presidente, os cestos de papéis estão cheios de garrafas, todos rebentados, os senhores funcionários quando vão recolher, porque é que não limpam o local?”

Manuel Pinho – Cumprimentou os presentes e referiu: “Como o senhor Presidente sabe, a habitação é importante e o executivo tem acompanhado esse objetivo, mas há aqui uma possibilidade para as famílias que vivam com carências e que têm necessidade de obras na sua habitação. Podem aproveitar o 1º DIREITO e no âmbito do PRR ter a possibilidade de fazer uma candidatura para poderem requalificar a sua habitação, nesse sentido, gostaria de saber se é previsível? Acho que é importante tendo em conta o esforço que a autarquia está a fazer no sentido de resolver este grave problema da habitação, saber se é possível alocar uma verba dentro da ELH neste âmbito e no sentido de que estas pessoas possam candidatar-se, poderem ter as candidaturas aprovadas e terem financiamento a 100% para requalificar a sua habitação. É evidente que vai haver bastante investimento em função do Orçamento, mas há uma preocupação



que é o estarmos próximos do limite de endividamento que poderá condicionar esses investimentos. Isso está acautelado? Como vai acautelar a parte financeira tendo em conta esta situação? Tendo em conta que o senhor Presidente da Câmara é o Presidente dos SMAS, poderia informar como é que está a decorrer ao nível das receitas. Ao nível do investimento percebi quais são as ambições, os objetivos e como está a decorrer, mas ao nível dos rendimentos e da taxa de adesão, acho que faz todo o sentido percebermos se está a aumentar, se está a diminuir, qual é que é essa base e se os rendimentos também estão a acompanhar o devido estudo da TAMINO. Isso é importante para percebermos também se financeiramente poderemos chegar a bom porto. Relativamente à questão do Pavilhão de Lordelo, realmente não se percebe porque é que um equipamento como aquele, um dos melhores e maiores da região do Vale do Sousa, não tem grandes eventos como já teve no passado. A preocupação do Senhor Presidente da Junta faz todo o sentido porque não fazer um protocolo com a Junta de Freguesia de Lordelo, quiçá de Rebordosa também e termos ali eventos com essas parcerias.”

Presidente da Câmara – Disse o seguinte: “Relativamente à ponte do Rio Sousa, está o projeto feito e está orçamentada em cerca de 30.000 €. Está incluída no pacote das obras que nós queremos fazer com o Portugal 2030. Neste momento o projeto está em revisão o que significa que logo que o aviso estiver aberto para a verba 5.1 do Portugal 2030 que tem a ver com requalificações, é das primeiras obras que nós vamos candidatar. Ainda este mandato vai ter uma nova ponte do Rio Sousa até porque eu defendo que um Presidente de Câmara que não faça uma ponte é um Presidente de Câmara a quem falta qualquer coisa. Estou com muita ansiedade em fazer uma ponte, não consegui fazer no primeiro mandato e queria não passar o segundo sem fazer e devo dizer que tenho uma segunda ponte que quero fazer num próximo mandato se assim tiver oportunidade de o fazer. A questão da ETAR, penso que tem a ver com a ETAR que vai fazer o tratamento do saneamento que vai ser recolhido, quer na Sobreira, quer em Recarei, essa ETAR fica na extremidade de Recarei com Aguiar de Sousa. De qualquer forma, quer estivesse em Recarei, quer estivesse em Aguiar de Sousa, queremos que seja uma ETAR capaz e a funcionar convenientemente. A preocupação é sempre a mesma porque a ETAR vai fazer o tratamento das águas e depois liberta-as para o Rio Sousa, o que nós temos que garantir e isso foi-nos garantido pela CIMDOURO, é que ela funciona convenientemente e está adequada para tratar os cerca de 1.200 fogos que vão verter para essa ETAR. Quanto à questão dos contentores, o senhor



Presidente da Junta e a sua equipa têm-me dado nota que realmente ali é um ponto complicadíssimo porque há pessoas e mesmo carrinhas com báscula que passam lá e despejam lixo. Se calhar vamos ter que mudar o sítio daqueles contentores e pô-los num local mais visível porque fica um pouco escondido e as pessoas aproveitam para fazer descargas indevidas nesses contentores. Partilho perfeitamente da sua preocupação com a questão do vandalismo, mas isso é uma questão de educação e temos que esperar que no futuro os nossos filhos não tenham os mesmos comportamentos que nós infelizmente ainda acabamos por ter hoje em dia. Já agora, não importa falar das coisas que estejam menos bem em Aguiar de Sousa, convinha também falar daquilo que não estava bem e passou a estar como por exemplo, a questão do correio. Agora a distribuição do correio porta a porta já é uma realidade como já devia ser há muitos anos e isso deve-se ao esforço constante deste executivo e ao Senhor Presidente da Junta. Quanto às questões que colocou o Senhor Manuel Pinho, efetivamente, qualquer pessoa pode ainda concorrer individualmente às medidas do 1º DIREITO. Nós já temos pessoas que o fizeram. Em Gondalães temos pessoas no prédio da Câmara, cuja parte de baixo vamos requalificar, que se candidataram a requalificar o interior dos seus apartamentos. O mesmo em Paredes no prédio que estamos a requalificar em frente ao cemitério. Há neste momento uma medida de apoio a pessoas com mobilidade reduzida para fazerem obras nas suas habitações para as adaptar à sua incapacidade de mobilidade. Essa é uma candidatura que tem que ser feita e paga pela Câmara Municipal e depois nós recebemos o dinheiro. Há uma pessoa de Gandra que manifestou esse interesse e os serviços da Câmara fizeram o projeto e submeteram a candidatura por forma a resolver essa situação. Quanto à questão do limite de endividamento, é por todos sabido que, quando nós fizemos o empréstimo para pagar o Resgate ficámos com a nossa margem de endividamento reduzida. Isso resolve-se não pedindo mais empréstimos e pagando aqueles que já tínhamos- É o que fizemos ao longo deste ano. Se reparar, este ano não fizemos um novo empréstimo e estivemos a pagar todos os que já tínhamos. Isso significa que para o ano já temos limite de endividamento. Para o ano a estratégia passará por não voltar a usar endividamento, mas se entendermos que é benéfico para alavancar algum investimento já o podemos fazer porque já teremos novamente margem para o fazermos, porque aquilo que pagámos de empréstimos este ano fica liberto no próximo ano. Quanto à questão dos SMAS, efetivamente o número de consumidores está a aumentar todos os meses até porque nós estamos constantemente a fazer obras. Ainda agora estamos a fazer obras de saneamento em Bitarães, acabamos de fazer obras de



saneamento em Beire, estamos a fazer uma rede de água na Sarnada em Aguiar de Sousa. Neste momento somos nós que dominamos a empresa. Estamos constantemente a fazer novos investimentos e a angariar novos clientes, mas depois, quando fizermos a apresentação das contas relativas ao ano 2023, teremos oportunidade de quantificar o número de novos clientes que tivemos em 2023. Em relação ao Pavilhão Rota dos Móveis, imagino que a não cedência estará relacionada com a ocupação do pavilhão com competições. O que se passa com o pavilhão municipal de Lordelo é muito simples. Se repararem, não há uma só equipa, seja ela de que modalidade for que treine no Multiusos de Paredes. E porquê? Porque nós já sabíamos que a partir do momento em que houvesse aqui uma equipa a fazer treinos e competições, quando nós quiséssemos fazer um evento não o podíamos fazer. Essa foi desde logo uma das razões pelas quais aqui nenhuma equipa ficou residente a fazer competições e treinos constantemente. Isso não acontece no pavilhão em Lordelo como não acontece no pavilhão em Gandra e noutros lados porque há lá equipas a fazer treinos todas as semanas nas várias modalidades e sempre que queremos fazer lá um evento causa um grande transtorno porque impede que as equipas façam os respetivos treinos e competições. Nós estamos a tentar resolver isso tirando algumas equipas para outros pavilhões e disso daremos nota no futuro. O pavilhão de Vilela vai ter uma ocupação diferente muito em breve e vai ajudar a esvaziar um bocado o pavilhão de Lordelo. Quando tivermos um pavilhão em Rebordosa, também ajudará. Estou convicto que se conseguirmos pôr equipas de Lordelo a treinar lá podemos ter livre o Pavilhão Rota dos Móveis. Não há nenhuma razão especial, tem exatamente a ver com isto e com o gerir das competições das equipas.”

E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo dezoito horas e cinquenta minutos.

E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo dezoito horas e cinquenta minutos.

E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.

E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe de Divisão Administrativa a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.







Baptista Pereira, Dr.





FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 3 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 2023/09/29

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD			X	
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS			X	
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS			X	
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Tiago André Marques de Magalhães		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 4 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2024

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A	I
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...	CDS-PP		X		
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X		
José Armando C. Baptista Pereira	PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa	PS	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins	PS	X			
Pedro António Silva e Sousa	PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X		
David António Correia Ferreira	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X		
Armando Manuel Neves Leal	PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva	PS	X			
Joaquim da Silva Leal	PS	X			
José Alberto de Sousa	PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho	PS	X			
Rui António Freire Machado	PS	X			
Rui José Fernandes da Silva	PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X		
Sara Cecília Pinho Leal	PS	X			
Sara Daniela Silva Castro	PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães	PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa	PSD		X		
Manuel José Barbosa Gomes	PSD		X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD		X		
Silvestre da Silva Carneiro	PS	X			
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD				

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X		
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X		
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X		
Artur Pereira da Silva		PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X		
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X		
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD		X	
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X		
José Augusto da Silva Borges		PS	X		
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X		
José da Cunha Magalhães		PS	X		
José da Silva Rodrigues		PS	X		
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X		
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X		
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD		X	
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X		
Tiago André Marques de Magalhães		PS	X		
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 5 - ENVIO DE DELIBERAÇÃO DO SMAS PAREDES - ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2024

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD			X	
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP			X	
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)				X	
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD			X	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD			X	
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP			X	
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD			X	
Manuel José Barbosa Gomes		PSD			X	
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD			X	
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

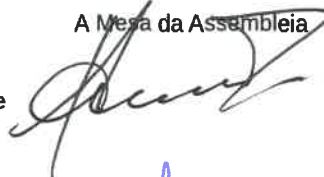
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD			X	
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Riogo André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

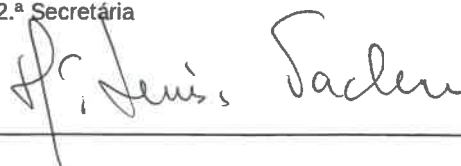
O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária





FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 6 - ENVIO DE DELIBERAÇÃO SMAS PAREDES - MAPA DE PESSOAL PARA 2024

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD		X		
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP			X	
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PSD			X	
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD		X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD		X		
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP			X	
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD		X		
Manuel José Barbosa Gomes		PSD		X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD		X		
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD		X		
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Tiago André Marques de Magalhães		PS				
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 7 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº131/2023)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PS	X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria do Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Rui André Marques de Magalhães		PS				
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

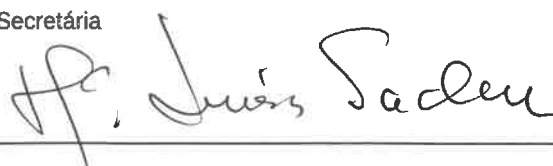
O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 8 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE (Nº175/2021, Nº220/2022 E Nº106/2023)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD				

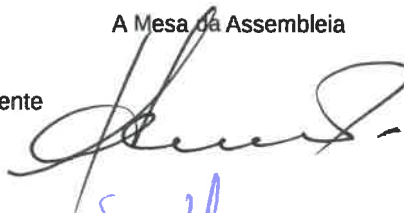
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Tiago André Marques de Magalhães		PS				
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

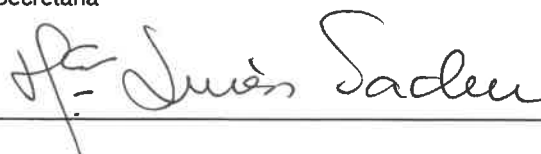
O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária





FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 9 - RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO (Nº223/2022)

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD				

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Hugo André Marques de Magalhães		PS				
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 10 - PROPOSTA DE SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - AUTORIDADE DE TRANSPORTES, ENTRE A AMP E O MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD			X	
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP			X	
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PSD			X	
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD			X	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD			X	
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP			X	
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD			X	
Manuel José Barbosa Gomes		PSD			X	
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD			X	
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS				

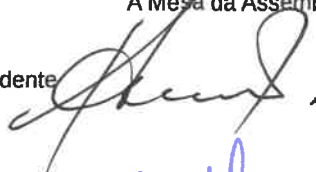
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD			X	
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD			X	
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD			X	
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

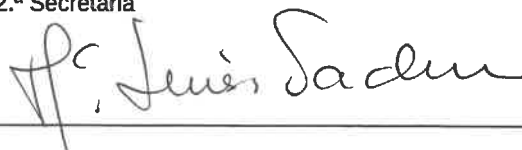
O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária





FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 11 - CONCESSÃO DE ACORDO PRÉVIO À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, PREVISTAS NOS DIPLOMAS SETORIAIS NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Diogo André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 12 - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE COBRANÇA DAS TARIFAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 13 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO, PROCESSO Nº 11/21PER

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD		X
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X	
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PSD		X
Armando Manuel Neves Leal		PS	X	
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X	
Joaquim da Silva Leal		PS	X	
José Alberto de Sousa		PS	X	
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X	
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X	
Pedro António Silva e Sousa		PS	X	
David António Correia Ferreira		PSD		X
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X	
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X	
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X	
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X	
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X	
Rui António Freire Machado		PS	X	
Rui José Fernandes da Silva		PS	X	
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X	
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X	
Sara Daniela Silva Castro		PS	X	
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X	
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X	
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD		X
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD		X
Manuel José Barbosa Gomes		PSD		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X	
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X	
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X	
Artur Pereira da Silva		PS	X	
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X	
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X	
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X	
José Augusto da Silva Borges		PS	X	
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X	
José da Cunha Magalhães		PS	X	
José da Silva Rodrigues		PS	X	
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X	
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X	
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X	
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X	
Belmiro dos Santos Sousa		PS		
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD		
Rui André Marques de Magalhães		PS		

Observações:

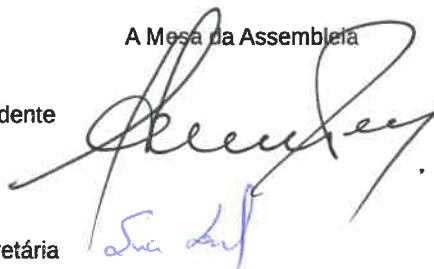
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

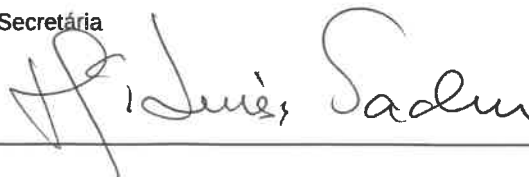
A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária





FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 14 - VERSÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE PAREDES E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)		X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária





FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 15 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE PROIBIÇÃO DE TRÂNSITO A VEÍCULOS DE ALTURA SUPERIOR A 3,80M, EM PARTE DA RUA DE S. JOSÉ, NA FREGUESIA DE LORDELO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PSD	X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.ª Secretária

2.ª Secretária

FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 16 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO PROIBIDO A AUTOMÓVEIS PESADOS, NA RUA DA BELEZA, NA FREGUESIA DE LORDELO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PSD	X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

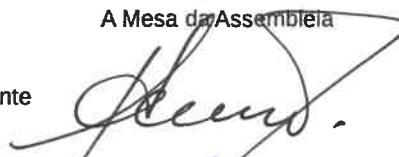
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Silvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

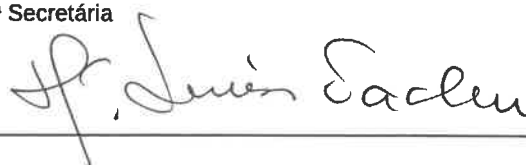
O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 17 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE CURVA PERIGOSA, NA RUA DO PAVILHÃO, NA FREGUESIA DE GANDRA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PSD	X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

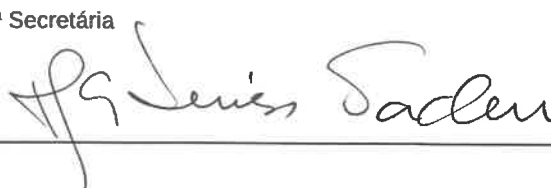
O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária



FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2023

PONTO 18 - IMPLANTAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO NA RUA DA LUZ, NA FREGUESIA DE LORDELO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS			F	C	A	I
António Manuel de Bessa Oliveira		PSD	X			
Luís Jorge Ribeiro Silva C. Rod...		CDS-PP	X			
Carla Isabel Dias Rodrigues	a)	PS	X			
Armando Manuel Neves Leal		PS	X			
Cátia Filipa Santos Silva		PS	X			
José Alberto de Sousa		PS	X			
José Armando C. Baptista Pereira		PS	X			
José Fernando Pacheco de Sousa		PS	X			
Pedro António Silva e Sousa		PS	X			
David António Correia Ferreira		PSD	X			
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu		PS	X			
Marta Daniela Moreira Martins		PS	X			
António do Couto Ferreira	a)	PSD	X			
Nuno Manuel de Sousa Moreira	a)	CDS-PP	X			
Joaquim da Silva Leal		PS	X			
Raúl Luís Ribeiro Coelho		PS	X			
Rui António Freire Machado		PS	X			
Rui José Fernandes da Silva		PS	X			
Sandra Daniela da Rocha Gaspar	a)	PS	X			
Sara Cecília Pinho Leal		PS	X			
Sara Daniela Silva Castro		PS	X			
Teresa Marina Barbosa Magalhães		PS	X			
Inácio José Pereira Abreu da Costa		PSD	X			
Manuel José Barbosa Gomes		PSD	X			
Maria de Lurdes da Silva Meireles		PSD	X			
Silvestre da Silva Carneiro		PS	X			

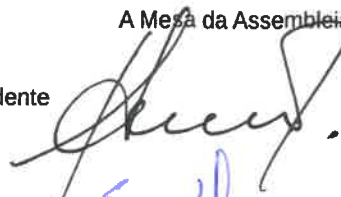
NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA			F	C	A	I
Adriano José Moreira da Rocha		PS	X			
Andreia Marisa Pereira Moreira	b)	PS	X			
António Adão Barbosa Nogueira	b)	PS	X			
Artur Pereira da Silva		PS	X			
Fernando Gonçalo de Sousa Santos		PS	X			
Fernando Nuno Leal Lamas Serra		PSD	X			
Jorge Manuel Ferreira Coelho		PS	X			
José Augusto da Silva Borges		PS	X			
José Manuel Ferreira Moreira		PS	X			
José da Cunha Magalhães		PS	X			
José da Silva Rodrigues		PS	X			
Luís Celso dos Santos Garcia	b)	PS	X			
Luís Filipe Coelho Barbosa		PSD	X			
Mariana Fernanda Machado da Silva		PSD	X			
Sílvia Maria Sá P. Vieira da Silva		PS	X			
Américo Manuel Oliveira Castro		SSMI	X			
Belmiro dos Santos Sousa		PS				
Tiago André Marques de Magalhães		PS				

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta
- g) Falta Injustificada

A Mesa da Assembleia

O Presidente



1.ª Secretária



2.ª Secretária

